



Relatório das ações

Secretaria de Comunicação Social

1. Identidade Visual

Material Vinil e Gráfico

A Seção de Comunicação Institucional, confeccionou e produziu toda identidade visual do evento. Foram fornecidos: banners, faixa de mesa, crachás, certificados, programação, adesivos e apresentação para power point

O material vinil foi adquirido por meio de Ata de Registro de Preço 22/2018 e demais materiais foram produzidos por essa Secretaria com recursos internos.





Portal CNJ:

A página do evento foi criada e pode ser acessada por meio do link: <https://www.cnj.jus.br/eventos-campanhas/evento/838-seminario-do-pacto-nacional-pela-primeira-infancia-regiao-centro-oeste>

A página obteve 3.666 acessos, no período de 5/5 a 28/6, os principais canais de acesso foram:

- 2.258 acessos via link direto
- 1.250 acessos via Google
- 49 via Facebook
- 15 via Instagram
- 8 via Bing
- 8 via Intranet do site tce.rs.gov.br
- 8 via Intranet do site trf3.jus.br
- 8 via Portal STF

2. Cobertura Jornalística

Veículo: Portal CNJ

As matérias produzidas pela imprensa estão em nosso portal e podem ser conferidas nos links abaixo:

- <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/89095-seminario-vai-debater-politica-nacional-de-justica-restaurativa>
- <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/89120-cerca-de-40-entidades-participam-de-seminario-sobre-pacto-pela-primeira-infancia>
- <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/89147-estado-e-sociedade-civil-se-unem-para-reduzir-vulnerabilidade-das-criancas>
- <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/89151-osmar-terra-afeto-na-primeira-infancia-marca-comportamento-das-pessoas>



3. Cobertura Fotográfica

Veículo: Flickr

As fotos produzidas no evento estão no flickr oficial do CNJ e podem ser conferidas no link abaixo:

- <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/89151-osmar-terra-afeto-na-primeira-infancia-marca-comportamento-das-pessoas>

4. Redes sociais

Twitter



https://twitter.com/CNJ_oficial/status/1143911800619986944

Impressões 4033

Engajamento 27



https://twitter.com/CNJ_oficial/status/1143262520884396032

Impressões 5004

Engajamento 22



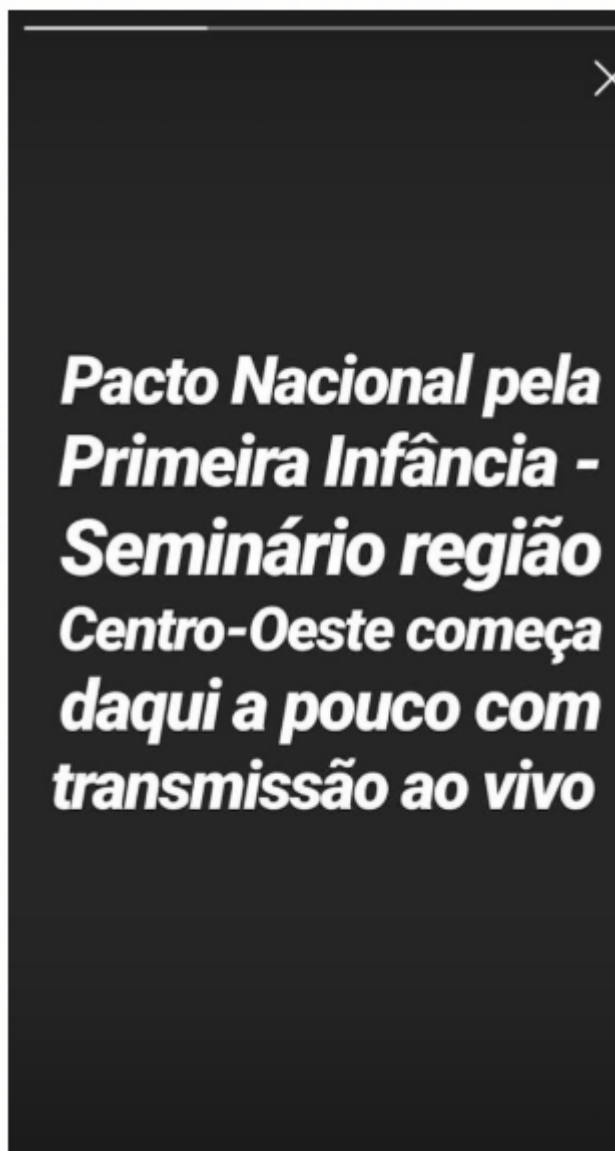
Tweets – Total – 2

Impressões 9037

Engajamento 49

Instagram

Stories



Visualizações 11.15



Visualizações 8008



Visualizações 7328



Visualizações 6859



Visualizações 6483



Visualizações 6112



Visualizações 5979



Visualizações 5794



Visualizações 5589



Visualizações 5437



Visualizações 5299



Visualizações 5227



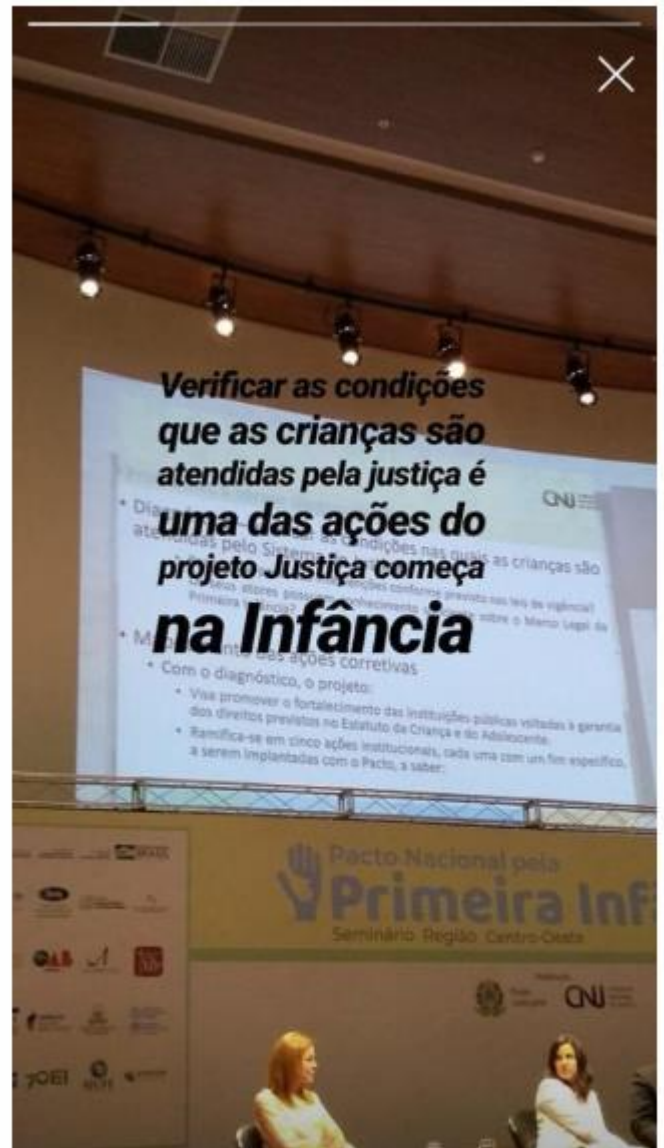
Visualizações 5081



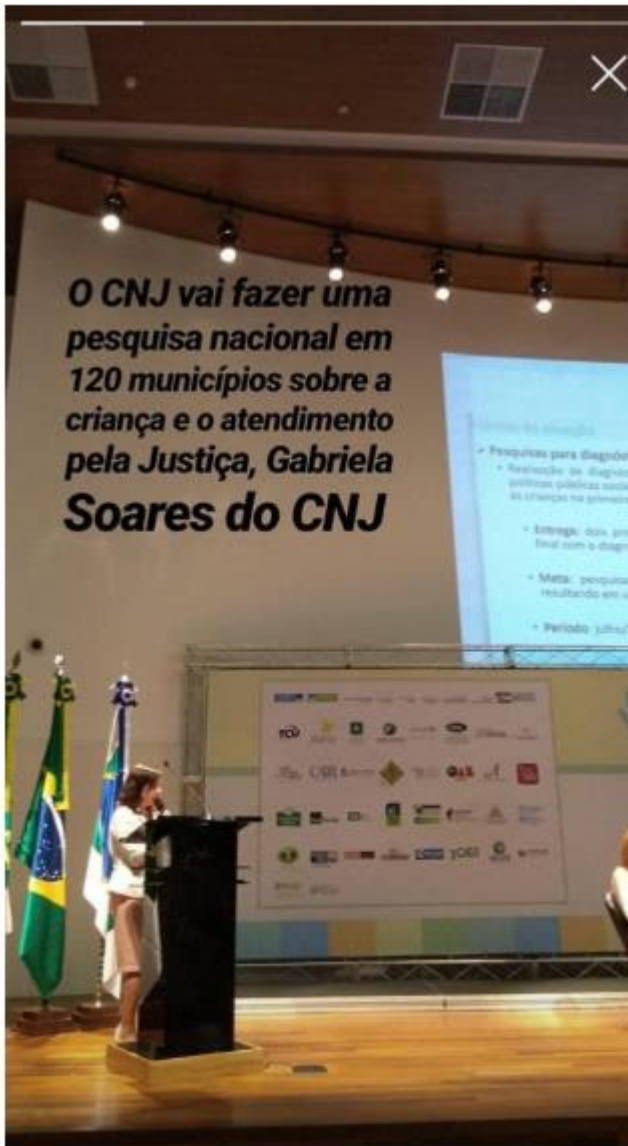
Visualizações 5127



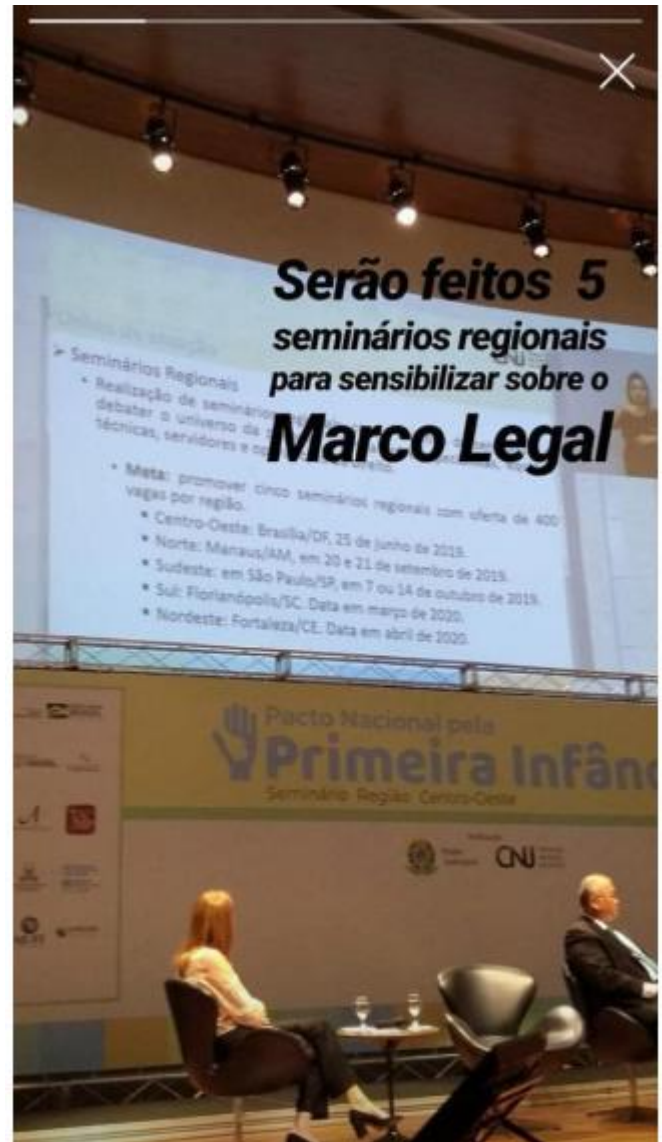
Visualizações 4974



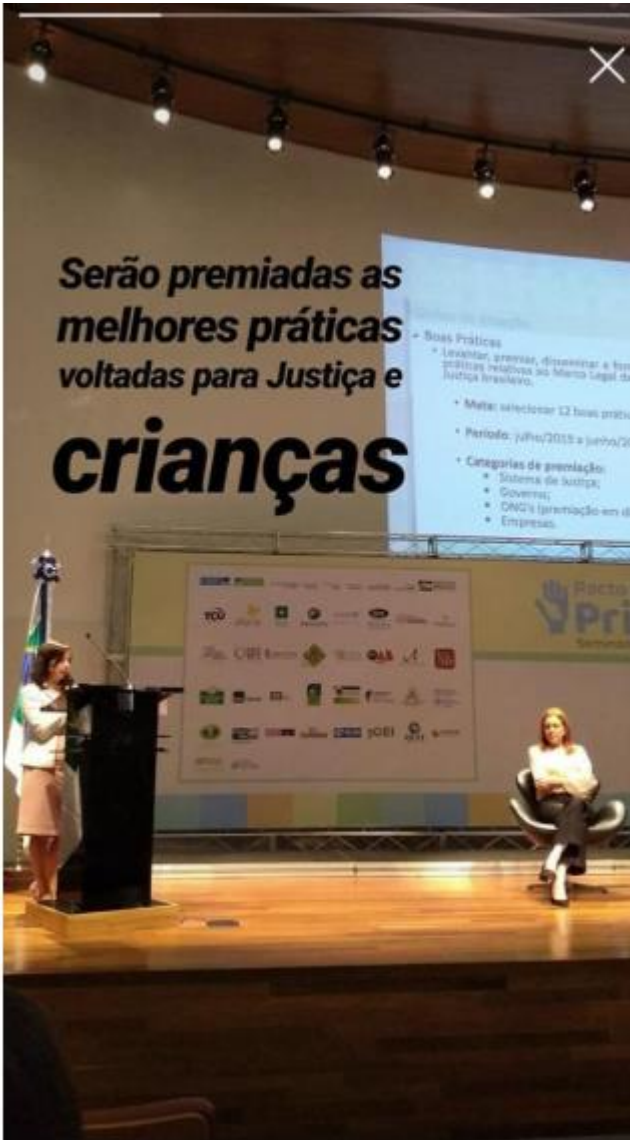
Visualizações 4841



Visualizações 4777



Visualizações 4700



Visualizações 4660



Visualizações – 4692

Ao Vivo - 1

Stories Total- 20

Visualizações 118.325



5. **Clipping**

Relacionamos o link da principal notícia sobre o Seminário nos veículos externos, assim como clipping de todas as matérias que foram veiculadas nas mídias.

Pacto Nacional pretende dar efetividade direitos na Primeira Infância

JUS BRASIL

- https://tjms.jusbrasil.com.br/noticias/725204121/pacto-nacionalpretende-dar-efetividade-a-direitos-na-primeirainfancia?ref=news_feed

Paula Belmonte assina Pacto Nacional pela Primeira Infância

BLOG DO CALLADO

- <https://blogdocallado.com/paula-belmonte-assinapacto-nacional-pela-primeira-infancia/>

Proposta de Zacharias para 1ª Infância ganha apoio do Judiciário e Executivo

A REDAÇÃO

- <http://www.aredacao.com.br/noticias/120934/propostade-zacharias-para-1-infancia-ganha-apoio-do-judiciarioe-executivo>



Seminário Primeira Infância - Projeto de Fortalecimento da atuação do Sistema de Justiça na promoção de direitos para o desenvolvimento humano integral

Sumário

Número de notícias: 48 | Número de veículos: 48

TV JUSTIÇA - JORNAL DA JUSTIÇA 1ª EDIÇÃO
JUDICIÁRIO

Seminário debate medidas para combater o trabalho infantil, 6

CNJ - NOTÍCIAS
CNJ

Cerca de 40 entidades participam de seminário sobre pacto pela primeira infância, 7

AMAZONAS ATUAL - AM - NOTÍCIAS
CNJ

Pacto tenta tirar do papel e aplicar na prática lei de direitos das crianças, 9

JORNAL DA GRANDE BAHIA - NOTÍCIAS
CNJ

Executivo, Legislativo e Judiciário assinam pacto pela infância, 10

AMAZONAS 1 - BRASIL
CNJ

Executivo, Legislativo e Judiciário assinam pacto pela infância, 11

IMATO GROSSO - INOTÍCIAS
CNJ

Executivo, Legislativo e Judiciário assinam pacto pela infância, 12

URGENTE NEWS
CNJ

Executivo, Legislativo e Judiciário assinam pacto pela infância, 14

BRASÍLIA IN FOCO - BRASIL
CNJ

Executivo, Legislativo e Judiciário assinam pacto pela infância, 15

NO MINUTO.COM - RN - NOTÍCIAS
CNJ

Executivo, Legislativo e Judiciário assinam pacto pela infância, 16

CENTRAL DA PAUTA - JUDICIÁRIO
CNJ

Santa Cruz assina Pacto Nacional pela Primeira Infância e reforça apoio da OAB à iniciativa, 18

MIX VALE - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
CNJ

Executivo, Legislativo e Judiciário assinam pacto pela infância, 19

CORREIO DE CARAJÁS ONLINE / MARABÁ - NOTÍCIAS
CNJ

Executivo, Legislativo e Judiciário assinam pacto pela infância, 20

ROTA JURÍDICA - GO - NOTÍCIAS
CNJ

Executivo, Legislativo e Judiciário assinam pacto pela infância, 21

PARAÍBA - ON LINE - PB - NOTÍCIAS
CNJ

Executivo, Legislativo e Judiciário assinam pacto pela infância, 22

POLÍTICA COM K - NOTÍCIAS
CNJ

Executivo, Legislativo e Judiciário assinam pacto pela infância, 23

Sexta-Feira, 28 de Junho de 2019

PORTAL MEC - DF - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

CNJ

MEC e outros 11 órgãos assinam Pacto Nacional pela Primeira Infância, 24

TV JUSTIÇA - JORNAL DA JUSTIÇA 1ª EDIÇÃO

CNJ

Pacto Nacional pela Primeira Infância, 25

OAB - CONSELHO FEDERAL - DF - NOTÍCIAS

CNJ

Santa Cruz assina Pacto Nacional pela Primeira Infância, 26

MIDIAMAX - MS - NOTÍCIAS

CNJ

Executivo, Legislativo e Judiciário assinam pacto pela infância, 27

JUS BRASIL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

CNJ

Santa Cruz assina Pacto Nacional pela Primeira Infância e reforça apoio da OAB à iniciativa, 28

AGÊNCIA BRASIL - DF - NOTÍCIAS

CNJ

Executivo, Legislativo e Judiciário assinam pacto pela infância, 29

ISTO É - ON LINE - NOTÍCIA

CNJ

Executivo, Legislativo e Judiciário assinam pacto pela infância, 30

ISTO É DINHEIRO - ON LINE - NOTÍCIAS

CNJ

Executivo, Legislativo e Judiciário assinam pacto pela infância, 31

UOL - SP - NOTÍCIAS

CNJ

Executivo, Legislativo e Judiciário assinam pacto pela infância, 32

AGORA NO RS - NOTÍCIAS

CNJ

Executivo, Legislativo e Judiciário assinam pacto pela infância, 33

FOLHA DE PERNAMBUCO ON-LINE - PE - BRASIL

CNJ

Executivo, Legislativo e Judiciário assinam pacto pela infância, 34

PAINEL NOTÍCIAS - AL - POLÍTICA

CNJ

Executivo, Legislativo e Judiciário assinam pacto pela infância, 36

LEOUVE - RS - BRASIL

CNJ

Executivo, Legislativo e Judiciário assinam pacto pela infância, 37

TRIBUNA DO NORTE - ON LINE - RN - NOTÍCIAS

CNJ

Executivo, Legislativo e Judiciário assinam pacto pela infância, 38

PRIMEIRA HORA - MT

CNJ

Executivo, Legislativo e Judiciário assinam pacto pela infância (Justiça), 39

HOJE EM DIA - ON LINE - MG

CNJ

Executivo, Legislativo e Judiciário assinam pacto nacional pela infância, 40

Sexta-Feira, 28 de Junho de 2019

EXTRA DE ALAGOAS ON-LINE - AL - ÚLTIMAS

CNJ

Executivo, Legislativo e Judiciário assinam pacto pela infância, 42

A CRÍTICA - ON LINE - MS - ASSISTÊNCIA SOCIAL

CNJ

Representantes de MS participam de seminário do pacto nacional pela primeira infância, 43

MS NOTÍCIAS - MS - NOTÍCIAS

CNJ

Representantes de MS participam de seminário do pacto nacional pela primeira infância, 45

CNJ - NOTÍCIAS

CNJ

Osmar Terra: afeto na primeira infância marca comportamento das pessoas, 46

GAZETAWEB - AL - BRASIL

CNJ

Executivo, Legislativo e Judiciário assinam pacto pela infância, 47

CENTRAL DA PAUTA - JUDICIÁRIO

CNJ

Santa Cruz assina Pacto Nacional pela Primeira Infância, 49

SURGIU - TO - NOTÍCIAS

CNJ

Promotor de Justiça participa de seminário sobre Pacto Nacional pela Primeira Infância, 50

PALMAS AQUI - TO - NOTÍCIAS

CNJ

Promotor de Justiça participa de seminário sobre Pacto Nacional pela Primeira Infância, 51

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS

CNJ

Magistrados e técnicos do Judiciário goiano participam de seminário em Brasília, 53

JORNAL GOIÁS EM DESTAQUE ONLINE - GO - NOTÍCIAS

CNJ

Zacharias Calil participa de seminário nacional em prol da Primeira Infância, 54

ARIQUEMES - ONLINE - RO - EDUCAÇÃO

CNJ

MEC e outros 11 órgãos assinam Pacto Nacional pela Primeira Infância, 55

EM RONDÔNIA - NOTÍCIAS

CNJ

MEC e outros 11 órgãos assinam Pacto Nacional pela Primeira Infância, 56

JUS BRASIL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

CNJ

Pacto Nacional pretende dar efetividade a direitos na Primeira Infância, 57

TOCA NEWS - TO

CNJ

Promotor de Justiça participa de seminário sobre Pacto Nacional pela Primeira Infância (EVENTOS), 59

BLOG DO CALLADO - NOTÍCIAS

CNJ

Paula Belmonte assina Pacto Nacional pela Primeira Infância, 60

A REDAÇÃO - GO - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

DIAS TOFFOLI

Proposta de Zacharias para 1ª Infância ganha apoio do Judiciário e Executivo, 61

Sexta-Feira, 28 de Junho de 2019

DEFENSORIA PÚBLICA - TO - NOTÍCIAS
CNJ

Defensoria Pública do Tocantins participa de reunião no Conselho Nacional de Justiça em Brasília, 62

Seminário debate medidas para combater o trabalho infantil



Seminário promovido pela Coordenadoria da Infância e Juventude do RS debate soluções para o problema do trabalho infantil. O encontro apresentou dados sobre o tema e também propostas para erradicação desse tipo ilegalidade.

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2019/06/21/TVJUSTIA-13.02.07-13.04.53-1561152530.mp4>

Cerca de 40 entidades participam de seminário sobre pacto pela primeira infância

O presidente do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** e do **Supremo Tribunal Federal (STF)**, ministro **Dias Toffoli**, assina o Pacto Nacional pela Primeira Infância. A cerimônia ocorrerá durante seminário, na terça-feira (25/6), às 9h, no Auditório do Instituto Serzedello Corrêa (ISC), em Brasília. Em seguida, representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, membros de organizações não-governamentais e especialistas no tema que atuam na região Centro-Oeste e em Tocantins participam de debates sobre o tema.

O objetivo é abordar as dificuldades enfrentadas por esses profissionais na implementação das leis voltadas à defesa das crianças, especialmente daquelas com até seis anos de idade. A ideia também é selecionar boas práticas encontradas no âmbito da atenção à Primeira Infância e disseminar essas experiências. O Pacto Nacional pela Primeira Infância contará com a ampla participação de todos os atores que integram a rede de proteção à infância no Brasil.

Entre os participantes que estarão no seminário, estão o coordenador do Fórum Nacional da Infância e Juventude (Foninj) e conselheiro do **CNJ**, Luciano Frota, e o criador do primeiro cadastro eletrônico para adoções e acolhimentos institucionais e do projeto Depoimento sem Dano, que resultou, posteriormente, no Depoimento Especial (Lei 13.431/2017), desembargador José Antônio Daltoé Cezar.

Veja aqui a página do evento, com informações sobre a programação.

Serviço:

Seminário sobre o Pacto Nacional pela Primeira Infância - Região Centro-Oeste

Data: 25/6/2019

Local: Instituto Serzedello Corrêa (ISC), Escola Superior do Tribunal de Contas da União (**TCU**), localizado no Setor de Clubes Esportivos Sul - SCES Trecho 3, Polo 8, Lote 3, Brasília - DF

Agência **CNJ** de Notícias

Site: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/89120-cerca-de-40-entidades-participam-de-seminario-sobre-pacto-pela->

primeira-infancia

Pacto tenta tirar do papel e aplicar na prática lei de direitos das crianças

Da Agência Brasil

BRASÍLIA - Com a missão de reduzir a vulnerabilidade social e garantir direitos das crianças, foi firmado nesta terça-feira, em

Brasília, pelos Três Poderes, o Pacto Nacional pela Primeira Infância. A

intenção é unir esforços para dar efetividade a direitos que, embora previstos

em lei, não são assegurados aos brasileiros com menos de 6 anos de idade, faixa

etária considerada fundamental para o desenvolvimento de uma criança. A

iniciativa é organizada pelo **CNJ (Conselho Nacional de Justiça)**.

O ministro do **STF (Supremo Tribunal Federal)** e do **CNJ**,

Dias Toffoli, ressaltou que ainda há milhões de crianças em condições de

vulnerabilidade socioeconômica e institucional, o que compromete a garantia dos

direitos "à vida, à saúde, à alimentação, à cultura, ao lazer, ao respeito, à

liberdade e proteção contra formas de negligência". Segundo ele, investir na

infância é fundamental para evitar impactos negativos no futuro de jovens e

adultos.

Em abril deste ano, o ministro **Dias Toffoli** deu início

aos trabalhos do pacto ao realizar uma reunião com representantes de 40

instituições que atuam na área dos direitos da primeira infância. O pacto prevê

ações até 2020. Serão cursos à distância para pessoas com atuação ligada à área

da infância como psicólogos, assistentes sociais e servidores públicos, além de

atividade presencial de capacitação para formar operadores do direito.

Serão ainda realizados cinco seminários nas cinco

regiões do país. O pacto foi firmado no primeiro deles, o seminário da Região

Centro-Oeste.

Para divulgar as ações previstas no pacto, será

lançada uma campanha com peças publicitárias, material jornalístico e conteúdo

para redes sociais.

Site: https://amazonasatual.com.br/pacto-tenta-tirar-do-papel-e-aplicar-na-pratica-lei-de-direitos-das-criancas/?utm_source=rss&utm_medium=rss&utm_campaign=pacto-tenta-tirar-do-papel-e-aplicar-na-pratica-lei-de-direitos-das-criancas

Executivo, Legislativo e Judiciário assinam pacto pela infância

Com a missão de reduzir a vulnerabilidade social e garantir direitos das crianças, foi firmado hoje (25/06/2019), em Brasília, pelos Três Poderes, o Pacto Nacional pela Primeira Infância. A intenção é unir esforços para dar efetividade a direitos que, embora previstos em lei, não são assegurados aos brasileiros com menos de 6 anos de idade, faixa etária considerada fundamental para o desenvolvimento de uma criança. A iniciativa é organizada pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**.

O ministro do **Supremo Tribunal Federal (STF)** e do **CNJ, Dias Toffoli**, ressaltou que ainda há milhões de crianças em condições de vulnerabilidade socioeconômica e institucional, o que compromete a garantia dos direitos "à vida, à saúde, à alimentação, à cultura, ao lazer, ao respeito, à liberdade e proteção contra formas de negligência". Segundo ele, investir na infância é fundamental para evitar impactos negativos no futuro de jovens e adultos.

Em abril deste ano, o ministro **Dias Toffoli** deu início aos trabalhos do pacto ao realizar uma reunião com representantes de 40 instituições que atuam na área dos direitos da primeira infância. O pacto prevê ações até 2020. Serão cursos à distância para pessoas com atuação ligada à área da infância como psicólogos, assistentes sociais e servidores públicos, além de atividade presencial de capacitação para formar operadores do direito.

Serão ainda realizados cinco seminários nas cinco regiões do país. O pacto foi firmado hoje (25) no primeiro deles, o seminário da Região Centro-Oeste.

Para divulgar as ações previstas no pacto, será lançada uma campanha com peças publicitárias, material jornalístico e conteúdo para redes sociais.

*Com informações da Agência Brasil.

Site:

<http://www.jornalgrandebahia.com.br/2019/06/executivo-legislativo-e-judiciario-assinam-pacto-pela-infancia/>

Executivo, Legislativo e Judiciário assinam pacto pela infância

Com a missão de reduzir a vulnerabilidade social e garantir direitos das crianças, foi firmado nesta terça-feira, 25, em Brasília, pelos Três Poderes, o Pacto Nacional pela Primeira Infância. A intenção é unir esforços para dar efetividade a direitos que, embora previstos em lei, não são assegurados aos brasileiros com menos de 6 anos de idade, faixa etária considerada fundamental para o desenvolvimento de uma criança. A iniciativa é organizada pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**.

O ministro do **Supremo Tribunal Federal (STF)** e do **CNJ, Dias Toffoli**, ressaltou que ainda há milhões de crianças em condições de vulnerabilidade socioeconômica e institucional, o que compromete a garantia dos direitos "à vida, à saúde, à alimentação, à cultura, ao lazer, ao respeito, à liberdade e proteção contra formas de negligência". Segundo ele, investir na infância é fundamental para evitar impactos negativos no futuro de jovens e adultos.

Em abril deste ano, o ministro **Dias Toffoli** deu início aos trabalhos do pacto ao realizar uma reunião com representantes de 40 instituições que atuam na área dos direitos da primeira infância. O pacto prevê ações até 2020. Serão cursos à distância para pessoas com atuação ligada à área da infância como psicólogos, assistentes sociais e servidores públicos, além de atividade presencial de capacitação para formar operadores do direito.

Serão ainda realizados cinco seminários nas cinco regiões do país. O pacto foi firmado hoje (25) no primeiro deles, o seminário da Região Centro-Oeste.

Para divulgar as ações previstas no pacto, será lançada uma campanha com peças publicitárias, material jornalístico e conteúdo para redes sociais.

(*) Com informações da Agência Brasil

Site: <https://amazonas1.com.br/brasil/executivo-legislativo-e-judiciario-assinam-pacto-pela-infancia/>

Executivo, Legislativo e Judiciário assinam pacto pela infância

redacao imatagrosso

Com a missão de reduzir a vulnerabilidade social e garantir direitos das crianças, foi firmado hoje (25), em Brasília, pelos Três Poderes, o Pacto Nacional pela Primeira Infância. A intenção é unir esforços para dar efetividade a direitos que, embora previstos em lei, não são assegurados aos brasileiros com menos de 6 anos de idade, faixa etária considerada fundamental para o desenvolvimento de uma criança. A iniciativa é organizada pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**.

O ministro do **Supremo Tribunal Federal (STF)** e do **CNJ, Dias Toffoli**, ressaltou que ainda há milhões de crianças em condições de vulnerabilidade socioeconômica e institucional, o que compromete a garantia dos direitos "à vida, à saúde, à alimentação, à cultura, ao lazer, ao respeito, à liberdade e proteção contra formas de negligência". Segundo ele, investir na infância é fundamental para evitar impactos negativos no futuro de jovens e adultos.

Em abril deste ano, o ministro **Dias Toffoli** deu início aos trabalhos do pacto ao realizar uma reunião com representantes de 40 instituições que atuam na área dos direitos da primeira infância. O pacto prevê ações até 2020. Serão cursos à distância para pessoas com atuação ligada à área da infância como psicólogos, assistentes sociais e servidores públicos, além de atividade presencial de capacitação para formar operadores do direito.

Serão ainda realizados cinco seminários nas cinco regiões do país. O pacto foi firmado hoje (25) no primeiro deles, o seminário da Região Centro-Oeste.

Para divulgar as ações previstas no pacto, será lançada uma campanha com peças publicitárias, material jornalístico e conteúdo para redes sociais.

Fonte: Agência Brasil

ANÚNCIE AQUI

MEUS ANÚNCIOS

ANÚNCIOS

Site: <https://www.imatogrosso.com.br/executivo->

legislativo-e-judiciario-assinam-pacto-pela-infancia/

Executivo, Legislativo e Judiciário assinam pacto pela infância

Com a missão de reduzir a vulnerabilidade social e garantir direitos das crianças, foi firmado hoje (25), em Brasília, pelos Três Poderes, o Pacto Nacional pela Primeira Infância. A intenção é unir esforços para dar efetividade a direitos que, embora previstos em lei, não são assegurados aos brasileiros com menos de 6 anos de idade, faixa etária considerada fundamental para o desenvolvimento de uma criança. A iniciativa é organizada pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**.

O ministro do **Supremo Tribunal Federal (STF)** e do **CNJ, Dias Toffoli**, ressaltou que ainda há milhões de crianças em condições de vulnerabilidade socioeconômica e institucional, o que compromete a garantia dos direitos "à vida, à saúde, à alimentação, à cultura, ao lazer, ao respeito, à liberdade e proteção contra formas de negligência". Segundo ele, investir na infância é fundamental para evitar impactos negativos no futuro de jovens e adultos.

Em abril deste ano, o ministro **Dias Toffoli** deu início aos trabalhos do pacto ao realizar uma reunião com representantes de 40 instituições que atuam na área dos direitos da primeira infância. O pacto prevê ações até 2020. Serão cursos à distância para pessoas com atuação ligada à área da infância como psicólogos, assistentes sociais e servidores públicos, além de atividade presencial de capacitação para formar operadores do direito.

Serão ainda realizados cinco seminários nas cinco regiões do país. O pacto foi firmado hoje (25) no primeiro deles, o seminário da Região Centro-Oeste.

Para divulgar as ações previstas no pacto, será lançada uma campanha com peças publicitárias, material jornalístico e conteúdo para redes sociais.

Edição: Fernando Fraga

Tags: pacto pela primeira infância direito das crianças
CNJ stf Executivo Judiciário Legislativo

Site:

<http://www.urgentenews.com.br/2019/06/25/executivo-legislativo-e-judiciario-assinam-pacto-pela-infancia.html>

Executivo, Legislativo e Judiciário assinam pacto pela infância

Com a missão de reduzir a vulnerabilidade social e garantir direitos das crianças, foi firmado hoje (25), em Brasília, pelos Três Poderes, o Pacto Nacional pela Primeira Infância. A intenção é unir esforços para dar efetividade a direitos que, embora previstos em lei, não são assegurados aos brasileiros com menos de 6 anos de idade, faixa etária considerada fundamental para o desenvolvimento de uma criança. A iniciativa é organizada pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**.

O ministro do **Supremo Tribunal Federal (STF)** e do **CNJ, Dias Toffoli**, ressaltou que ainda há milhões de crianças em condições de vulnerabilidade socioeconômica e institucional, o que compromete a garantia dos direitos "à vida, à saúde, à alimentação, à cultura, ao lazer, ao respeito, à liberdade e proteção contra formas de negligência". Segundo ele, investir na infância é fundamental para evitar impactos negativos no futuro de jovens e adultos.

Em abril deste ano, o ministro **Dias Toffoli** deu início aos trabalhos do pacto ao realizar uma reunião com representantes de 40 instituições que atuam na área dos direitos da primeira infância. O pacto prevê ações até 2020. Serão cursos à distância para pessoas com atuação ligada à área da infância como psicólogos, assistentes sociais e servidores públicos, além de atividade presencial de capacitação para formar operadores do direito.

Serão ainda realizados cinco seminários nas cinco regiões do país. O pacto foi firmado hoje (25) no primeiro deles, o seminário da Região Centro-Oeste.

Para divulgar as ações previstas no pacto, será lançada uma campanha com peças publicitárias, material jornalístico e conteúdo para redes sociais.

Fonte: Agência Brasil/EBC - Foto: Antonio Cruz/Agência Brasil

Site: <https://brasiliainfoconews.com.br/executivo-legislativo-e-judiciario-assinam-pacto-pela-infancia/>

Executivo, Legislativo e Judiciário assinam pacto pela infância

Da redação,

Com a missão de reduzir a vulnerabilidade social e garantir direitos

das crianças, foi firmado hoje (25), em Brasília, pelos Três Poderes, o

Pacto Nacional pela Primeira Infância.

A intenção é unir esforços para

dar efetividade a direitos que, embora previstos em lei, não são

assegurados aos brasileiros com menos de 6 anos de idade, faixa etária

considerada fundamental para o desenvolvimento de uma criança. A

iniciativa é organizada pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**.

O ministro do **Supremo Tribunal Federal (STF)** e do **CNJ, Dias Toffoli**,

ressaltou que ainda há milhões de crianças em condições de

vulnerabilidade socioeconômica e institucional, o que compromete a

garantia dos direitos "à vida, à saúde, à alimentação, à cultura, ao

lazer, ao respeito, à liberdade e proteção contra formas de

negligência". Segundo ele, investir na infância é fundamental para

evitar impactos negativos no futuro de jovens e adultos.

Em abril deste ano, o ministro **Dias Toffoli** deu início aos trabalhos

do pacto ao realizar uma reunião com representantes de 40 instituições

que atuam na área dos direitos da primeira infância. O pacto prevê ações

até 2020. Serão cursos à distância para pessoas com atuação ligada à

área da infância como psicólogos, assistentes sociais e servidores

públicos, além de atividade presencial de capacitação para formar

operadores do direito.

Serão ainda realizados cinco seminários nas cinco regiões do país. O

pacto foi firmado hoje (25) no primeiro deles, o seminário da Região

Centro-Oeste.

Para divulgar as ações previstas no pacto, será lançada uma campanha

com peças publicitárias, material jornalístico e conteúdo para redes

sociais.

Com a missão de reduzir a vulnerabilidade social e garantir direitos

das crianças, foi firmado hoje (25), em Brasília, pelos Três Poderes, o

Pacto Nacional pela Primeira Infância.

A intenção é unir esforços para

dar efetividade a direitos que, embora previstos em lei, não são

assegurados aos brasileiros com menos de 6 anos de idade, faixa etária

considerada fundamental para o desenvolvimento de uma criança. A

iniciativa é organizada pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**.

O ministro do **Supremo Tribunal Federal (STF)** e do **CNJ, Dias Toffoli**,

ressaltou que ainda há milhões de crianças em condições de

vulnerabilidade socioeconômica e institucional, o que compromete a

garantia dos direitos "à vida, à saúde, à alimentação, à cultura, ao

lazer, ao respeito, à liberdade e proteção contra formas de

negligência". Segundo ele, investir na infância é fundamental para

evitar impactos negativos no futuro de jovens e adultos.

Em abril deste ano, o ministro **Dias Toffoli** deu início aos trabalhos

do pacto ao realizar uma reunião com representantes de 40 instituições

que atuam na área dos direitos da primeira infância. O pacto prevê ações

até 2020. Serão cursos à distância para pessoas com atuação ligada à

área da infância como psicólogos, assistentes sociais e servidores

públicos, além de atividade presencial de capacitação para formar

operadores do direito.

Serão ainda realizados cinco seminários nas cinco regiões do país. O

pacto foi firmado hoje (25) no primeiro deles, o seminário da Região

Centro-Oeste.

Para divulgar as ações previstas no pacto, será lançada uma campanha

com peças publicitárias, material jornalístico e conteúdo para redes

sociais.

Site: <http://www.nominuto.com/noticias/direitos-humanos/executivo-legislativo-e-judiciario-assinam-pacto-pela-infancia/187544/>

Santa Cruz assina Pacto Nacional pela Primeira Infância e reforça apoio da OAB à iniciativa

O presidente nacional da **OAB**, Felipe Santa Cruz, é um dos signatários do Pacto Nacional pela Primeira Infância. A assinatura aconteceu durante o seminário sobre o tema para a Região Centro-Oeste, na manhã desta terça-feira (25), no Instituto Serzedello Corrêa do Tribunal de Contas da União (**TCU**). A solenidade reuniu autoridades dos três poderes.

O pacto é uma iniciativa do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** que pretende unir esforços do sistema de Justiça, do poder Executivo e de entidades do terceiro setor para efetivar direitos previstos na legislação para crianças brasileiras com menos de 6 anos de idade.

"Nelson Mandela dizia que 'não há retrato melhor da alma de uma sociedade do que o tratamento que ela dá às suas crianças'. Hoje, no Brasil, são 5 milhões de crianças mergulhadas na completa miséria por conta da grande estagnação e da recessão econômica. Mais de 2 milhões de crianças brasileiras, a partir dos 5 anos de idade, trabalham muitas vezes em situação de insalubridade ajudando na subsistência de suas famílias. Todos os dias, 396 crianças sofrem maus tratos relatados às autoridades em nosso país. Logo, esse não é um belo retrato da alma do povo brasileiro", disse Santa Cruz.

Sobre o pacto, o presidente da Ordem disse ser salutar a atenção especial às crianças. "O Brasil precisa delas [crianças]. Precisa da sua qualificação, da sua força, porque é somente através delas que contornaremos esse quadro preocupante que atravessamos. A **OAB** cumprimenta os idealizadores e reforça seu apoio à iniciativa", completou.

O presidente do **CNJ**, ministro **Dias Toffoli**, destacou o trabalho pela implementação do Marco Legal da Primeira Infância (Lei 13.257/2016). "A efetivação legal segue no melhor sentido de precaução e cuidado, como política pública, de Estado e de sociedade. Aqui firmamos um importante instrumento pela proteção da criança na fase em que se formam as raízes da personalidade, etapa em que se estabelecem as bases psíquicas do ser humano", afirmou.

Além de Felipe Santa Cruz e **Dias Toffoli**, assinaram o Pacto na solenidade o corregedor-geral de Justiça, Humberto Martins; o presidente do **TCU**, José Múcio Monteiro; o ministro da Justiça e Segurança Pública em exercício, Luiz Pontel de Souza; o ministro da Educação, Abraham Weintraub; o ministro da Cidadania, Osmar Terra; o ministro da Saúde em exercício, João Gabbardo; o ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Wagner Rosário; a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damara Alves; a deputada federal e presidente da Frente Parlamentar da Cidadania e Primeira Infância, Leandre Dal Ponte; a procuradora-geral da República, Raquel Dodge e o presidente do Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais, José Fabrício Silva de Lima.

Site: <https://centraldapauta.com.br/2019/06/25/santa-cruz-assina-pacto-nacional-pela-primeira-infancia-e-reforca-apoio-da-oab-a-iniciativa/>

Signatários

Executivo, Legislativo e Judiciário assinam pacto pela infância

Agência Brasil

Com a missão de reduzir a vulnerabilidade social e garantir direitos das crianças, foi firmado hoje (25), em Brasília, pelos Três Poderes, o Pacto Nacional pela Primeira Infância. A intenção é unir esforços para dar efetividade a direitos que, embora previstos em lei, não são assegurados aos brasileiros com menos de 6 anos de idade, faixa etária considerada fundamental para o desenvolvimento de uma criança. A iniciativa é organizada pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**.

O ministro do **Supremo Tribunal Federal (STF)** e do **CNJ, Dias Toffoli**, ressaltou que ainda há milhões de crianças em condições de vulnerabilidade socioeconômica e institucional, o que compromete a garantia dos direitos "à vida, à saúde, à alimentação, à cultura, ao lazer, ao respeito, à liberdade e proteção contra formas de negligência". Segundo ele, investir na infância é fundamental para evitar impactos negativos no futuro de jovens e adultos.

Em abril deste ano, o ministro **Dias Toffoli** deu início aos trabalhos do pacto ao realizar uma reunião com representantes de 40 instituições que atuam na área dos direitos da primeira infância. O pacto prevê ações até 2020. Serão cursos à distância para pessoas com atuação ligada à área da infância como psicólogos, assistentes sociais e servidores públicos, além de atividade presencial de capacitação para formar operadores do direito.

Serão ainda realizados cinco seminários nas cinco regiões do país. O pacto foi firmado hoje (25) no primeiro deles, o seminário da Região Centro-Oeste.

Para divulgar as ações previstas no pacto, será lançada uma campanha com peças publicitárias, material jornalístico e conteúdo para redes sociais.

Copyright © 2019 Mix Vale

Site: <https://www.mixvale.com.br/2019/06/25/executivo-legislativo-e-judiciario-assinam-pacto-pela-infancia/>

Executivo, Legislativo e Judiciário assinam pacto pela infância

Redação

Com a missão de reduzir a vulnerabilidade social e garantir direitos das crianças, foi firmado hoje (25), em Brasília, pelos Três Poderes, o Pacto Nacional pela Primeira Infância. A intenção é unir esforços para dar efetividade a direitos que, embora previstos em lei, não são assegurados aos brasileiros com menos de 6 anos de idade, faixa etária considerada fundamental para o desenvolvimento de uma criança. A iniciativa é organizada pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**.

O ministro do **Supremo Tribunal Federal (STF)** e do **CNJ, Dias Toffoli**, ressaltou que ainda há milhões de crianças em condições de vulnerabilidade socioeconômica e institucional, o que compromete a garantia dos direitos "à vida, à saúde, à alimentação, à cultura, ao lazer, ao respeito, à liberdade e proteção contra formas de negligência". Segundo ele, investir na infância é fundamental para evitar impactos negativos no futuro de jovens e adultos.

Em abril deste ano, o ministro **Dias Toffoli** deu início aos trabalhos do pacto ao realizar uma reunião com representantes de 40 instituições que atuam na área dos direitos da primeira infância. O pacto prevê ações até 2020. Serão cursos à distância para pessoas com atuação ligada à área da infância como psicólogos, assistentes sociais e servidores públicos, além de atividade presencial de capacitação para formar operadores do direito.

Serão ainda realizados cinco seminários nas cinco regiões do país. O pacto foi firmado hoje (25) no primeiro deles, o seminário da Região Centro-Oeste.

Para divulgar as ações previstas no pacto, será lançada uma campanha com peças publicitárias, material jornalístico e conteúdo para redes sociais. (Agência Brasil)

Site: <https://correiodecarajas.com.br/executivo-legislativo-e-judiciario-assinam-pacto-pela-infancia/>

Executivo, Legislativo e Judiciário assinam pacto pela infância

Com a missão de reduzir a vulnerabilidade social e garantir direitos das crianças, foi firmado nesta terça-feira (25), em Brasília, pelos Três Poderes, o Pacto Nacional pela Primeira Infância. A intenção é unir esforços para dar efetividade a direitos que, embora previstos em lei, não são assegurados aos brasileiros com menos de 6 anos de idade, faixa etária considerada fundamental para o desenvolvimento de uma criança. A iniciativa é organizada pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**.

O ministro do **Supremo Tribunal Federal (STF)** e do **CNJ, Dias Toffoli**, ressaltou que ainda há milhões de crianças em condições de vulnerabilidade socioeconômica e institucional, o que compromete a garantia dos direitos "à vida, à saúde, à alimentação, à cultura, ao lazer, ao respeito, à liberdade e proteção contra formas de negligência". Segundo ele, investir na infância é fundamental para evitar impactos negativos no futuro de jovens e adultos.

Em abril deste ano, o ministro **Dias Toffoli** deu início aos trabalhos do pacto ao realizar uma reunião com representantes de 40 instituições que atuam na área dos direitos da primeira infância. O pacto prevê ações até 2020. Serão cursos à distância para pessoas com atuação ligada à área da infância como psicólogos, assistentes sociais e servidores públicos, além de atividade presencial de capacitação para formar operadores do direito.

Serão ainda realizados cinco seminários nas cinco regiões do país. O pacto foi firmado hoje (25) no primeiro deles, o seminário da Região Centro-Oeste.

Para divulgar as ações previstas no pacto, será lançada uma campanha com peças publicitárias, material jornalístico e conteúdo para redes sociais.

Site: <https://www.rotajuridica.com.br/executivo-legislativo-e-judiciario-assinam-pacto-pela-infancia/>

Executivo, Legislativo e Judiciário assinam pacto pela infância

Foto: Antonio Cruz/ Agência Brasil

Com a missão de reduzir a vulnerabilidade social e garantir direitos das crianças, foi firmado hoje (25), em Brasília, pelos Três Poderes, o Pacto Nacional pela Primeira Infância. A intenção é unir esforços para dar efetividade a direitos que, embora previstos em lei, não são assegurados aos brasileiros com menos de 6 anos de idade, faixa etária considerada fundamental para o desenvolvimento de uma criança. A iniciativa é organizada pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**.

O ministro do **Supremo Tribunal Federal (STF)** e do **CNJ, Dias Toffoli**, ressaltou que ainda há milhões de crianças em condições de vulnerabilidade socioeconômica e institucional, o que compromete a garantia dos direitos "à vida, à saúde, à alimentação, à cultura, ao lazer, ao respeito, à liberdade e proteção contra formas de negligência". Segundo ele, investir na infância é fundamental para evitar impactos negativos no futuro de jovens e adultos.

Em abril deste ano, o ministro **Dias Toffoli** deu início aos trabalhos do pacto ao realizar uma reunião com representantes de 40 instituições que atuam na área dos direitos da primeira infância. O pacto prevê ações até 2020. Serão cursos à distância para pessoas com atuação ligada à área da infância como psicólogos, assistentes sociais e servidores públicos, além de atividade presencial de capacitação para formar operadores do direito.

Serão ainda realizados cinco seminários nas cinco regiões do país. O pacto foi firmado hoje (25) no primeiro deles, o seminário da Região Centro-Oeste.

Para divulgar as ações previstas no pacto, será lançada uma campanha com peças publicitárias, material jornalístico e conteúdo para redes sociais.

Site: <https://paraibaonline.com.br/2019/06/executivo-legislativo-e-judiciario-assinam-pacto-pela-infancia/>

Executivo, Legislativo e Judiciário assinam pacto pela infância

Com a missão de reduzir a vulnerabilidade social e garantir direitos das crianças, foi firmado nesta terça (25), em Brasília, pelos Três Poderes, o Pacto Nacional pela Primeira Infância. A intenção é unir esforços para dar efetividade a direitos que, embora previstos em lei, não são assegurados aos brasileiros com menos de 6 anos de idade, faixa etária considerada fundamental para o desenvolvimento de uma criança.

A iniciativa é organizada pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**.

O ministro do **Supremo Tribunal Federal (STF)** e do **CNJ, Dias Toffoli**, ressaltou que ainda há milhões de crianças em condições de vulnerabilidade socioeconômica e institucional, o que compromete a garantia dos direitos "à vida, à saúde, à alimentação, à cultura, ao lazer, ao respeito, à liberdade e proteção contra formas de negligência". Segundo ele, investir na infância é fundamental para evitar impactos negativos no futuro de jovens e adultos.

Trabalhos

Em abril deste ano, o ministro **Dias Toffoli** deu início aos trabalhos do pacto ao realizar uma reunião com representantes de 40 instituições que atuam na área dos direitos da primeira infância. O pacto prevê ações até 2020. Serão cursos à distância para pessoas com atuação ligada à área da infância como psicólogos, assistentes sociais e servidores públicos, além de atividade presencial de capacitação para formar operadores do direito.

E ainda

Serão ainda realizados cinco seminários nas cinco regiões do país. O pacto foi firmado nesta terça (25) no primeiro deles, o seminário da Região Centro-Oeste. Para divulgar as ações previstas no pacto, será lançada uma campanha com peças publicitárias, material jornalístico e conteúdo para redes sociais.

Com informações da EBC

Site: <http://www.politicacomk.com.br/executivo-legislativo-e-judiciario-assinam-pacto-pela-infancia/>

MEC e outros 11 órgãos assinam Pacto Nacional pela Primeira Infância

Guilherme Pera, do Portal MEC

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, assinou junto a outros representantes de órgãos e entidades o Pacto Nacional pela Primeira Infância. O objetivo é traçar um diagnóstico da situação da atenção às crianças de 0 a 6 anos no país, bem como capacitar profissionais envolvidos no Marco Legal da Primeira Infância e implementar as boas práticas da legislação sancionada em 2016. A cerimônia ocorreu na Escola Superior do Tribunal de Contas da União (**TCU**), na manhã desta terça-feira, 25 de junho. As atividades seguem ao longo do dia, no Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância.

Representantes dos Três Poderes e da sociedade civil somarão esforços, coordenados pelo Conselho de Justiça (**CNJ**), para assegurar os direitos das crianças previstos tanto no marco legal. A proposta vai ao encontro de uma das principais diretrizes do MEC: o foco na educação básica.

"Como nação, a gente vive um momento muito difícil fiscal. Onde vamos colocar nossos recursos escassos? E eu acho que a sinalização desse pacto está muito clara: a prioridade, neste momento, para esta nação, é a primeira infância", disse Abraham Weintraub.

Ao MEC, assim como a outros órgãos participantes, caberá fomentar e divulgar as ações a serem realizadas pelo pacto. Assim como assegurar apoio logístico ao **CNJ** e presença de profissionais dos quadros do ministério em seminários e cursos de capacitação presencial.

Além do MEC, assinaram o pacto:

Marco Legal da Primeira Infância - Sancionado em 2016, o Marco Legal da Primeira Infância deixou expressas ações voltadas para melhorar a vida de crianças de 0 a 6 anos. Entre elas estão:

O pacto assinado nesta terça serve para reforçar a legislação vigente desde 2016.

Site:

**[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content
&view=article&id=77521:mec-e-outros-11-orgaos-
assinam-pacto-nacional-pela-primeira-infancia&catid=12](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=77521:mec-e-outros-11-orgaos-assinam-pacto-nacional-pela-primeira-infancia&catid=12)**

Pacto Nacional pela Primeira Infância



O **Conselho Nacional de Justiça** e órgãos dos três poderes assinam um Pacto Nacional pela Primeira Infância. O documento foi assinado durante um seminário que discute ações e estratégias para melhorar o atendimento e desenvolvimento das crianças de zero a seis anos de idade.

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2019/06/25/TVJUSTIA-13.19.17-13.22.58-1561503009.mp4>

Santa Cruz assina Pacto Nacional pela Primeira Infância

O presidente nacional da **OAB**, Felipe Santa Cruz, é um dos signatários do Pacto Nacional pela Primeira Infância. A assinatura aconteceu durante o seminário sobre o tema para a Região Centro-Oeste, na manhã desta terça-feira (25), no Instituto Serzedello Corrêa do Tribunal de Contas da União (**TCU**). A solenidade reuniu autoridades dos três poderes.

O pacto é uma iniciativa do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** que pretende unir esforços do sistema de Justiça, do poder Executivo e de entidades do terceiro setor para efetivar direitos previstos na legislação para crianças brasileiras com menos de 6 anos de idade.

"Nelson Mandela dizia que 'não há retrato melhor da alma de uma sociedade do que o tratamento que ela dá às suas crianças'. Hoje, no Brasil, são 5 milhões de crianças mergulhadas na completa miséria por conta da grande estagnação e da recessão econômica. Mais de 2 milhões de crianças brasileiras, a partir dos 5 anos de idade, trabalham muitas vezes em situação de insalubridade ajudando na subsistência de suas famílias. Todos os dias, 396 crianças sofrem maus tratos relatados às autoridades em nosso país. Logo, esse não é um belo retrato da alma do povo brasileiro", disse Santa Cruz.

Sobre o pacto, o presidente da Ordem disse ser salutar a atenção especial às crianças. "O Brasil precisa delas [crianças]. Precisa da sua qualificação, da sua força, porque é somente através delas que contornaremos esse quadro preocupante que atravessamos. A **OAB** cumprimenta os idealizadores e reforça seu apoio à iniciativa", completou.

O presidente do **CNJ**, ministro **Dias Toffoli**, destacou o trabalho pela implementação do Marco Legal da Primeira Infância (Lei 13.257/2016). "A efetivação legal segue no melhor sentido de precaução e cuidado, como política pública, de Estado e de sociedade. Aqui firmamos um importante instrumento pela proteção da criança na fase em que se formam as raízes da personalidade, etapa em que se estabelecem as bases psíquicas do ser humano", afirmou.

Signatários

Além de Felipe Santa Cruz e **Dias Toffoli**, assinaram o Pacto na solenidade o corregedor-geral de Justiça,

Humberto Martins; o presidente do **TCU**, José Múcio Monteiro; o ministro da Justiça e Segurança Pública em exercício, Luiz Pontel de Souza; o ministro da Educação, Abraham Weintraub; o ministro da Cidadania, Osmar Terra; o ministro da Saúde em exercício, João Gabbardo; o ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Wagner Rosário; a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damara Alves; a deputada federal e presidente da Frente Parlamentar da Cidadania e Primeira Infância, Leandre Dal Ponte; a procuradora-geral da República, Raquel Dodge e o presidente do Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais, José Fabrício Silva de Lima.

Site: <http://www.oab.org.br/noticia/57315/santa-cruz-assina-pacto-nacional-pela-primeira-infancia>

Executivo, Legislativo e Judiciário assinam pacto pela infância

Com a missão de reduzir a vulnerabilidade social e garantir direitos das crianças, foi firmado hoje (25), em Brasília, pelos Três Poderes, o Pacto Nacional pela Primeira Infância. A intenção é unir esforços para dar efetividade a direitos que, embora previstos em lei, não são assegurados aos brasileiros com menos de 6 anos de idade, faixa etária considerada fundamental para o desenvolvimento de uma criança. A iniciativa é organizada pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**.

O ministro do **Supremo Tribunal Federal (STF)** e do **CNJ, Dias Toffoli**, ressaltou que ainda há milhões de crianças em condições de vulnerabilidade socioeconômica e institucional, o que compromete a garantia dos direitos "à vida, à saúde, à alimentação, à cultura, ao lazer, ao respeito, à liberdade e proteção contra formas de negligência". Segundo ele, investir na infância é fundamental para evitar impactos negativos no futuro de jovens e adultos.

Em abril deste ano, o ministro **Dias Toffoli** deu início aos trabalhos do pacto ao realizar uma reunião com representantes de 40 instituições que atuam na área dos direitos da primeira infância. O pacto prevê ações até 2020. Serão cursos à distância para pessoas com atuação ligada à área da infância como psicólogos, assistentes sociais e servidores públicos, além de atividade presencial de capacitação para formar operadores do direito.

Serão ainda realizados cinco seminários nas cinco regiões do país. O pacto foi firmado hoje (25) no primeiro deles, o seminário da Região Centro-Oeste.

Para divulgar as ações previstas no pacto, será lançada uma campanha com peças publicitárias, material jornalístico e conteúdo para redes sociais.

Site:

<http://www.midiamax.com/https://www.midiamax.com.br/brasil/2019/executivo-legislativo-e-judiciario-assinam-pacto-pela-infancia/>

Santa Cruz assina Pacto Nacional pela Primeira Infância e reforça apoio da OAB à iniciativa

O presidente nacional da **OAB**, Felipe Santa Cruz, é um dos signatários do Pacto Nacional pela Primeira Infância. A assinatura aconteceu durante o seminário sobre o tema para a Região Centro-Oeste, na manhã desta terça-feira (25), no Instituto Serzedello Corrêa do Tribunal de Contas da União (**TCU**). A solenidade reuniu autoridades dos três poderes.

O pacto é uma iniciativa do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** que pretende unir esforços do sistema de Justiça, do poder Executivo e de entidades do terceiro setor para efetivar direitos previstos na legislação para crianças brasileiras com menos de 6 anos de idade.

"Nelson Mandela dizia que 'não há retrato melhor da alma de uma sociedade do que o tratamento que ela dá às suas crianças'. Hoje, no Brasil, são 5 milhões de crianças mergulhadas na completa miséria por conta da grande estagnação e da recessão econômica. Mais de 2 milhões de crianças brasileiras, a partir dos 5 anos de idade, trabalham muitas vezes em situação de insalubridade ajudando na subsistência de suas famílias. Todos os dias, 396 crianças sofrem maus tratos relatados às autoridades em nosso país. Logo, esse não é um belo retrato da alma do povo brasileiro", disse Santa Cruz.

Sobre o pacto, o presidente da Ordem disse ser salutar a atenção especial às crianças. "O Brasil precisa delas [crianças]. Precisa da sua qualificação, da sua força, porque é somente através delas que contornaremos esse quadro preocupante que atravessamos. A **OAB** cumprimenta os idealizadores e reforça seu apoio à iniciativa", completou.

Signatários

Além de Felipe Santa Cruz, assinaram o pacto durante a solenidade o ministro **Dias Toffoli**, presidente do **CNJ**; o corregedor-geral de Justiça, Humberto Martins; o presidente do **TCU**, José Múcio Monteiro; o ministro da Justiça e Segurança Pública em exercício, Luiz Pontel de Souza; o ministro da Educação, Abraham Weintraub; o ministro da Cidadania, Osmar Terra; o ministro da Saúde em exercício, João Gabbardo; o ministro da Controladoria-Geral da União (CGU),

Wagner Rosário; a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damare Alves; a deputada federal e presidente da Frente Parlamentar da Cidadania e Primeira Infância, Leandre Dal Ponte; a procuradora-geral da República, Raquel Dodge e o presidente do Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais, José Fabrício Silva de Lima.

Site:

https://oab.jusbrasil.com.br/noticias/724696154/santa-cruz-assina-pacto-nacional-pela-primeira-infancia-e-reforca-apoio-da-oab-a-iniciativa?ref=news_feed

Executivo, Legislativo e Judiciário assinam pacto pela infância

Com a missão de reduzir a vulnerabilidade social e garantir direitos das crianças, foi firmado hoje (25), em Brasília, pelos Três Poderes, o Pacto Nacional pela Primeira Infância. A intenção é unir esforços para dar efetividade a direitos que, embora previstos em lei, não são assegurados aos brasileiros com menos de 6 anos de idade, faixa etária considerada fundamental para o desenvolvimento de uma criança. A iniciativa é organizada pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**.

O ministro do **Supremo Tribunal Federal (STF)** e do **CNJ, Dias Toffoli**, ressaltou que ainda há milhões de crianças em condições de vulnerabilidade socioeconômica e institucional, o que compromete a garantia dos direitos "à vida, à saúde, à alimentação, à cultura, ao lazer, ao respeito, à liberdade e proteção contra formas de negligência". Segundo ele, investir na infância é fundamental para evitar impactos negativos no futuro de jovens e adultos.

Em abril deste ano, o ministro **Dias Toffoli** deu início aos trabalhos do pacto ao realizar uma reunião com representantes de 40 instituições que atuam na área dos direitos da primeira infância. O pacto prevê ações até 2020. Serão cursos à distância para pessoas com atuação ligada à área da infância como psicólogos, assistentes sociais e servidores públicos, além de atividade presencial de capacitação para formar operadores do direito.

Serão ainda realizados cinco seminários nas cinco regiões do país. O pacto foi firmado hoje (25) no primeiro deles, o seminário da Região Centro-Oeste.

Para divulgar as ações previstas no pacto, será lançada uma campanha com peças publicitárias, material jornalístico e conteúdo para redes sociais.

Para registrar sua opinião, copie o link ou o título do conteúdo e clique na barra de manifestação.

Você será direcionado para o Fale com a Ouvidoria da EBC e poderá nos ajudar a melhorar nossos serviços, sugerindo, denunciando, reclamando, solicitando e, também, elogiando.

Site: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-06/executivo-legislativo-e-judiciario-assinam-pacto-pela-infancia>

Executivo, Legislativo e Judiciário assinam pacto pela infância

Agência Brasil

Com a missão de reduzir a vulnerabilidade social e garantir direitos das crianças, foi firmado hoje (25), em Brasília, pelos Três Poderes, o Pacto Nacional pela Primeira Infância. A intenção é unir esforços para dar efetividade a direitos que, embora previstos em lei, não são assegurados aos brasileiros com menos de 6 anos de idade, faixa etária considerada fundamental para o desenvolvimento de uma criança. A iniciativa é organizada pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**.

O ministro do **Supremo Tribunal Federal (STF)** e do **CNJ, Dias Toffoli**, ressaltou que ainda há milhões de crianças em condições de vulnerabilidade socioeconômica e institucional, o que compromete a garantia dos direitos "à vida, à saúde, à alimentação, à cultura, ao lazer, ao respeito, à liberdade e proteção contra formas de negligência". Segundo ele, investir na infância é fundamental para evitar impactos negativos no futuro de jovens e adultos.

Em abril deste ano, o ministro **Dias Toffoli** deu início aos trabalhos do pacto ao realizar uma reunião com representantes de 40 instituições que atuam na área dos direitos da primeira infância. O pacto prevê ações até 2020. Serão cursos à distância para pessoas com atuação ligada à área da infância como psicólogos, assistentes sociais e servidores públicos, além de atividade presencial de capacitação para formar operadores do direito.

Serão ainda realizados cinco seminários nas cinco regiões do país. O pacto foi firmado hoje (25) no primeiro deles, o seminário da Região Centro-Oeste.

Para divulgar as ações previstas no pacto, será lançada uma campanha com peças publicitárias, material jornalístico e conteúdo para redes sociais.

Site: <https://istoe.com.br/executivo-legislativo-e-judiciario-assinam-pacto-pela-infancia/>

Executivo, Legislativo e Judiciário assinam pacto pela infância

Agência Brasil

Com a missão de reduzir a vulnerabilidade social e garantir direitos das crianças, foi firmado hoje (25), em Brasília, pelos Três Poderes, o Pacto Nacional pela Primeira Infância. A intenção é unir esforços para dar efetividade a direitos que, embora previstos em lei, não são assegurados aos brasileiros com menos de 6 anos de idade, faixa etária considerada fundamental para o desenvolvimento de uma criança. A iniciativa é organizada pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**.

O ministro do **Supremo Tribunal Federal (STF)** e do **CNJ, Dias Toffoli**, ressaltou que ainda há milhões de crianças em condições de vulnerabilidade socioeconômica e institucional, o que compromete a garantia dos direitos "à vida, à saúde, à alimentação, à cultura, ao lazer, ao respeito, à liberdade e proteção contra formas de negligência". Segundo ele, investir na infância é fundamental para evitar impactos negativos no futuro de jovens e adultos.

Em abril deste ano, o ministro **Dias Toffoli** deu início aos trabalhos do pacto ao realizar uma reunião com representantes de 40 instituições que atuam na área dos direitos da primeira infância. O pacto prevê ações até 2020. Serão cursos à distância para pessoas com atuação ligada à área da infância como psicólogos, assistentes sociais e servidores públicos, além de atividade presencial de capacitação para formar operadores do direito.

Serão ainda realizados cinco seminários nas cinco regiões do país. O pacto foi firmado hoje (25) no primeiro deles, o seminário da Região Centro-Oeste.

Para divulgar as ações previstas no pacto, será lançada uma campanha com peças publicitárias, material jornalístico e conteúdo para redes sociais.

Site: <https://www.istoedinheiro.com.br/executivo-legislativo-e-judiciario-assinam-pacto-pela-infancia/>

Executivo, Legislativo e Judiciário assinam pacto pela infância

Com a missão de reduzir a vulnerabilidade social e garantir direitos das crianças, foi firmado hoje (25), em Brasília, pelos Três Poderes, o Pacto Nacional pela Primeira Infância. A intenção é unir esforços para dar efetividade a direitos que, embora previstos em lei, não são assegurados aos brasileiros com menos de 6 anos de idade, faixa etária considerada fundamental para o desenvolvimento de uma criança. A iniciativa é organizada pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**.

O ministro do **Supremo Tribunal Federal (STF)** e do **CNJ, Dias Toffoli**, ressaltou que ainda há milhões de crianças em condições de vulnerabilidade socioeconômica e institucional, o que compromete a garantia dos direitos à vida, à saúde, à alimentação, à cultura, ao lazer, ao respeito, à liberdade e proteção contra formas de negligência. Segundo ele, investir na infância é fundamental para evitar impactos negativos no futuro de jovens e adultos.

Em abril deste ano, o ministro **Dias Toffoli** deu início aos trabalhos do pacto ao realizar uma reunião com representantes de 40 instituições que atuam na área dos direitos da primeira infância. O pacto prevê ações até 2020. Serão cursos à distância para pessoas com atuação ligada à área da infância como psicólogos, assistentes sociais e servidores públicos, além de atividade presencial de capacitação para formar operadores do direito.

Serão ainda realizados cinco seminários nas cinco regiões do país. O pacto foi firmado hoje (25) no primeiro deles, o seminário da Região Centro-Oeste.

Para divulgar as ações previstas no pacto, será lançada uma campanha com peças publicitárias, material jornalístico e conteúdo para redes sociais.

Site: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-brasil/2019/06/25/executivo-legislativo-e-judiciario-assinam-pacto-pela-infancia.htm>

Executivo, Legislativo e Judiciário assinam pacto pela infância

Agência Brasil

Com a missão de reduzir a vulnerabilidade social e garantir direitos das crianças, foi firmado hoje (25), em Brasília, pelos Três Poderes, o Pacto Nacional pela Primeira Infância. A intenção é unir esforços para dar efetividade a direitos que, embora previstos em lei, não são assegurados aos brasileiros com menos de 6 anos de idade, faixa etária considerada fundamental para o desenvolvimento de uma criança. A iniciativa é organizada pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**.

O ministro do **Supremo Tribunal Federal (STF)** e do **CNJ, Dias Toffoli**, ressaltou que ainda há milhões de crianças em condições de vulnerabilidade socioeconômica e institucional, o que compromete a garantia dos direitos "à vida, à saúde, à alimentação, à cultura, ao lazer, ao respeito, à liberdade e proteção contra formas de negligência". Segundo ele, investir na infância é fundamental para evitar impactos negativos no futuro de jovens e adultos.

Em abril deste ano, o ministro **Dias Toffoli** deu início aos trabalhos do pacto ao realizar uma reunião com representantes de 40 instituições que atuam na área dos direitos da primeira infância. O pacto prevê ações até 2020. Serão cursos à distância para pessoas com atuação ligada à área da infância como psicólogos, assistentes sociais e servidores públicos, além de atividade presencial de capacitação para formar operadores do direito.

Serão ainda realizados cinco seminários nas cinco regiões do país. O pacto foi firmado hoje (25) no primeiro deles, o seminário da Região Centro-Oeste.

Para divulgar as ações previstas no pacto, será lançada uma campanha com peças publicitárias, material jornalístico e conteúdo para redes sociais.

Site: <https://agoranors.com/2019/06/executivo-legislativo-e-judiciario-assinam-pacto-pela-infancia/>

Executivo, Legislativo e Judiciário assinam pacto pela infância

Agência Brasil

Com a missão de reduzir a vulnerabilidade social e garantir direitos das crianças, foi firmado nesta terça-feira (25), em Brasília, pelos Três Poderes, o Pacto Nacional pela Primeira Infância. A intenção é unir esforços para dar efetividade a direitos que, embora previstos em lei, não são assegurados aos brasileiros com menos de 6 anos de idade, faixa etária considerada fundamental para o desenvolvimento de uma criança. A iniciativa é organizada pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**.

O ministro do **Supremo Tribunal Federal (STF)** e do **CNJ, Dias Toffoli**, ressaltou que ainda há milhões de crianças em condições de vulnerabilidade socioeconômica e institucional, o que compromete a garantia dos direitos "à vida, à saúde, à alimentação, à cultura, ao lazer, ao respeito, à liberdade e proteção contra formas de negligência". Segundo ele, investir na infância é fundamental para evitar impactos negativos no futuro de jovens e adultos.

Leia também:

Operação Luz na Infância: 61 pessoas são presas por exploração sexual de crianças na internet

Papa recomenda psiquiatria para homossexualidade detectada na infância

Em abril deste ano, o ministro **Dias Toffoli** deu início aos trabalhos do pacto ao realizar uma reunião com representantes de 40 instituições que atuam na área dos direitos da primeira infância. O pacto prevê ações até 2020. Serão cursos à distância para pessoas com atuação ligada à área da infância como psicólogos, assistentes sociais e servidores públicos, além de atividade presencial de capacitação para formar operadores do direito.

Serão ainda realizados cinco seminários nas cinco regiões do país. O pacto foi firmado nesta terça-feira (25) no primeiro deles, o seminário da Região Centro-Oeste.

Para divulgar as ações previstas no pacto, será lançada uma campanha com peças publicitárias, material jornalístico e conteúdo para redes sociais.

Site:

<https://www.folhape.com.br/politica/politica/brasil/2019/06/25/NWS,108784,7,1312,POLITICA,2193-EXECUTIVO-LEGISLATIVO-JUDICIARIO-ASSINAM-PACTO-PELA-INFANCIA.aspx>

Executivo, Legislativo e Judiciário assinam pacto pela infância

Com a missão de reduzir a vulnerabilidade social e garantir direitos das crianças, foi firmado hoje (25), em Brasília, pelos Três Poderes, o Pacto Nacional pela Primeira Infância. A intenção é unir esforços para dar efetividade a direitos que, embora previstos em lei, não são assegurados aos brasileiros com menos de 6 anos de idade, faixa etária considerada fundamental para o desenvolvimento de uma criança. A iniciativa é organizada pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**.

O ministro do **Supremo Tribunal Federal (STF)** e do **CNJ, Dias Toffoli**, ressaltou que ainda há milhões de crianças em condições de vulnerabilidade socioeconômica e institucional, o que compromete a garantia dos direitos "à vida, à saúde, à alimentação, à cultura, ao lazer, ao respeito, à liberdade e proteção contra formas de negligência". Segundo ele, investir na infância é fundamental para evitar impactos negativos no futuro de jovens e adultos.

Em abril deste ano, o ministro **Dias Toffoli** deu início aos trabalhos do pacto ao realizar uma reunião com representantes de 40 instituições que atuam na área dos direitos da primeira infância. O pacto prevê ações até 2020. Serão cursos à distância para pessoas com atuação ligada à área da infância como psicólogos, assistentes sociais e servidores públicos, além de atividade presencial de capacitação para formar operadores do direito.

Serão ainda realizados cinco seminários nas cinco regiões do país. O pacto foi firmado hoje (25) no primeiro deles, o seminário da Região Centro-Oeste.

Para divulgar as ações previstas no pacto, será lançada uma campanha com peças publicitárias, material jornalístico e conteúdo para redes sociais.

Fonte: Agência Brasil

Site:

<http://www.painelnoticias.com.br/politica/154408/executivo-legislativo-e-judiciario-assinam-pacto-pela-infancia>

Executivo, Legislativo e Judiciário assinam pacto pela infância

Com a missão de reduzir a vulnerabilidade social e garantir direitos das crianças, foi firmado nesta terça-feira (25), em Brasília, pelos Três Poderes, o Pacto Nacional pela Primeira Infância. A intenção é unir esforços para dar efetividade a direitos que, embora previstos em lei, não são assegurados aos brasileiros com menos de 6 anos de idade, faixa etária considerada fundamental para o desenvolvimento de uma criança. A iniciativa é organizada pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**.

O ministro do **Supremo Tribunal Federal (STF)** e do **CNJ, Dias Toffoli**, ressaltou que ainda há milhões de crianças em condições de vulnerabilidade socioeconômica e institucional, o que compromete a garantia dos direitos "à vida, à saúde, à alimentação, à cultura, ao lazer, ao respeito, à liberdade e proteção contra formas de negligência". Segundo ele, investir na infância é fundamental para evitar impactos negativos no futuro de jovens e adultos.

Em abril deste ano, o ministro **Dias Toffoli** deu início aos trabalhos do pacto ao realizar uma reunião com representantes de 40 instituições que atuam na área dos direitos da primeira infância. O pacto prevê ações até 2020. Serão cursos à distância para pessoas com atuação ligada à área da infância como psicólogos, assistentes sociais e servidores públicos, além de atividade presencial de capacitação para formar operadores do direito.

Serão ainda realizados cinco seminários nas cinco regiões do país. O pacto foi firmado nesta terça-feira (25) no primeiro deles, o seminário da Região Centro-Oeste.

Para divulgar as ações previstas no pacto, será lançada uma campanha com peças publicitárias, material jornalístico e conteúdo para redes sociais.

Fonte: Agência Brasil

Site: <https://leouve.com.br/executivo-legislativo-e-judiciario-assinam-pacto-pela-infancia/>

Executivo, Legislativo e Judiciário assinam pacto pela infância

Com a missão de reduzir a vulnerabilidade social e garantir direitos das crianças, foi firmado hoje (25), em Brasília, pelos Três Poderes, o Pacto Nacional pela Primeira Infância. A intenção é unir esforços para dar efetividade a direitos que, embora previstos em lei, não são assegurados aos brasileiros com menos de 6 anos de idade, faixa etária considerada fundamental para o desenvolvimento de uma criança. A iniciativa é organizada pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**.

O ministro do **Supremo Tribunal Federal (STF)** e do **CNJ, Dias Toffoli**, ressaltou que ainda há milhões de crianças em condições de vulnerabilidade socioeconômica e institucional, o que compromete a garantia dos direitos "à vida, à saúde, à alimentação, à cultura, ao lazer, ao respeito, à liberdade e proteção contra formas de negligência". Segundo ele, investir na infância é fundamental para evitar impactos negativos no futuro de jovens e adultos.

Em abril deste ano, o ministro **Dias Toffoli** deu início aos trabalhos do pacto ao realizar uma reunião com representantes de 40 instituições que atuam na área dos direitos da primeira infância. O pacto prevê ações até 2020. Serão cursos à distância para pessoas com atuação ligada à área da infância como psicólogos, assistentes sociais e servidores públicos, além de atividade presencial de capacitação para formar operadores do direito.

Serão ainda realizados cinco seminários nas cinco regiões do país. O pacto foi firmado hoje (25) no primeiro deles, o seminário da Região Centro-Oeste.

Para divulgar as ações previstas no pacto, será lançada uma campanha com peças publicitárias, material jornalístico e conteúdo para redes sociais.

Agência Brasil

Site: <http://tribunadonorte.com.br/noticia/executivo-legislativo-e-judicia-rio-assinam-pacto-pela-infancia/452080>

Executivo, Legislativo e Judiciário assinam pacto pela infância (Justiça)

Mike

Com a missão de reduzir a vulnerabilidade social e garantir direitos das crianças, foi firmado hoje (25), em Brasília, pelos Três Poderes, o Pacto Nacional pela Primeira Infância. A intenção é unir esforços para dar efetividade a direitos que, embora previstos em lei, não são assegurados aos brasileiros com menos de 6 anos de idade, faixa etária considerada fundamental para o desenvolvimento de uma criança. A iniciativa é organizada pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**.

O ministro do **Supremo Tribunal Federal (STF)** e do **CNJ, Dias Toffoli**, ressaltou que ainda há milhões de crianças em condições de vulnerabilidade socioeconômica e institucional, o que compromete a garantia dos direitos "à vida, à saúde, à alimentação, à cultura, ao lazer, ao respeito, à liberdade e proteção contra formas de negligência". Segundo ele, investir na infância é fundamental para evitar impactos negativos no futuro de jovens e adultos.

Em abril deste ano, o ministro **Dias Toffoli** deu início aos trabalhos do pacto ao realizar uma reunião com representantes de 40 instituições que atuam na área dos direitos da primeira infância. O pacto prevê ações até 2020. Serão cursos à distância para pessoas com atuação ligada à área da infância como psicólogos, assistentes sociais e servidores públicos, além de atividade presencial de capacitação para formar operadores do direito.

Serão ainda realizados cinco seminários nas cinco regiões do país. O pacto foi firmado hoje (25) no primeiro deles, o seminário da Região Centro-Oeste.

Para divulgar as ações previstas no pacto, será lançada uma campanha com peças publicitárias, material jornalístico e conteúdo para redes sociais.

Site: <https://primeirahora.com.br/executivo-legislativo-e-judiciario-assinam-pacto-pela-infancia/>

Executivo, Legislativo e Judiciário assinam pacto nacional pela infância

Agência Brasil

Com a missão de reduzir a vulnerabilidade social e garantir direitos das crianças, foi firmado nesta terça-feira (25), em Brasília, pelos Três Poderes, o Pacto Nacional pela Primeira Infância. A intenção é unir esforços para dar efetividade a direitos que, embora previstos em lei, não são assegurados aos brasileiros com menos de 6 anos de idade, faixa etária considerada fundamental para o desenvolvimento de uma criança. A iniciativa é organizada pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**.

O ministro do **Supremo Tribunal Federal (STF)** e do **CNJ, Dias Toffoli**, ressaltou que ainda há milhões de crianças em condições de vulnerabilidade socioeconômica e institucional, o que compromete a garantia dos direitos "à vida, à saúde, à alimentação, à cultura, ao lazer, ao respeito, à liberdade e proteção contra formas de negligência". Segundo ele, investir na infância é fundamental para evitar impactos negativos no futuro de jovens e adultos.

Em abril deste ano, o ministro **Dias Toffoli** deu início aos trabalhos do pacto ao realizar uma reunião com representantes de 40 instituições que atuam na área dos direitos da primeira infância. O pacto prevê ações até 2020. Serão cursos à distância para pessoas com atuação ligada à área da infância como psicólogos, assistentes sociais e servidores públicos, além de atividade presencial de capacitação para formar operadores do direito.

Serão ainda realizados cinco seminários nas cinco regiões do país. O pacto foi firmado hoje (25) no primeiro deles, o seminário da Região Centro-Oeste.

Para divulgar as ações previstas no pacto, será lançada uma campanha com peças publicitárias, material jornalístico e conteúdo para redes sociais.

Leia mais:

Bloqueios de verbas motivam audiência no **STF**

Até 7 de julho reforma será votada no plenário da Câmara, diz Joice Hasselmann

Moro afirma que há convergência absoluta entre intenções dele e de Bolsonaro

Site: <http://www.hojeemdia.com.br/primeiro-plano/pol%C3%ADtica/executivo-legislativo-e-judici%C3%A1rio-assinam-pacto-nacional-pela-inf%C3%A2ncia-1.723371>

Executivo, Legislativo e Judiciário assinam pacto pela infância

Agência Brasil

Agência Brasil

25/06/2019 17h05

Com a missão de reduzir a vulnerabilidade social e garantir direitos das crianças, foi firmado hoje, 25, em Brasília, pelos Três Poderes, o Pacto Nacional pela Primeira Infância. A intenção é unir esforços para dar efetividade a direitos que, embora previstos em lei, não são assegurados aos brasileiros com menos de 6 anos de idade, faixa etária considerada fundamental para o desenvolvimento de uma criança. A iniciativa é organizada pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**.

O ministro do **Supremo Tribunal Federal (STF)** e do **CNJ, Dias Toffoli**, ressaltou que ainda há milhões de crianças em condições de vulnerabilidade socioeconômica e institucional, o que compromete a garantia dos direitos "à vida, à saúde, à alimentação, à cultura, ao lazer, ao respeito, à liberdade e proteção contra formas de negligência". Segundo ele, investir na infância é fundamental para evitar impactos negativos no futuro de jovens e adultos.

Em abril deste ano, o ministro **Dias Toffoli** deu início aos trabalhos do pacto ao realizar uma reunião com representantes de 40 instituições que atuam na área dos direitos da primeira infância. O pacto prevê ações até 2020. Serão cursos à distância para pessoas com atuação ligada à área da infância como psicólogos, assistentes sociais e servidores públicos, além de atividade presencial de capacitação para formar operadores do direito.

Serão ainda realizados cinco seminários nas cinco regiões do país. O pacto foi firmado hoje (25) no primeiro deles, o seminário da Região Centro-Oeste.

Para divulgar as ações previstas no pacto, será lançada uma campanha com peças publicitárias, material jornalístico e conteúdo para redes sociais.

Receba gratuitamente o melhor conteúdo do EXTRA no seu celular e mantenha-se sempre atualizado.

Leia o EXTRA a qualquer hora com comodidade e agilidade direto do seu computador, tablet ou

smartphone

© 2007 / 2019 Jornal Extra de Alagoas - Todos os direitos reservados.

Produzir um conteúdo de qualidade exige recursos.

A publicidade é uma fonte importante de financiamento do nosso conteúdo.

Para continuar navegando, por favor desabilite seu bloqueador de anúncios .

Site:

<https://novoextra.com.br/noticias/politica/2019/06/47951-executivo-legislativo-e-judiciario-assinam-pacto-pela-infancia>

Representantes de MS participam de seminário do pacto nacional pela primeira infância

Campo Grande (MS) - Em evento nacional, etapa regional do Centro-Oeste, a Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho (Sedhast), participou nesta terça-feira (25.6) das discussões em torno da primeira infância em evento realizado pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** em Brasília (DF), contribuindo com a construção de ideias e o fortalecimento de políticas públicas.

"Em um tema tão sensível para nossa sociedade a participação de todos os segmentos do setor público é de fundamental importância. Não podemos deixar escapar nenhuma chance de debater a primeira infância. O que é discutido contribuirá com nossas ações e no fortalecimento de ideias", pontuou a titular da Sedhast, Elisa Cleia Nobre.

A superintendente da Política de Assistência Social, Salette Marinho de Sá, e a coordenadora do Programa Criança Feliz em MS, Edna Bordon, representam o Governo do Estado na Capital federal.

No Criança Feliz, por exemplo, MS é destaque com a implementação do atendimento direto com crianças nas unidades de acolhimento, e que leva o nome de Intervenção na Unidade de Acolhimento - (UAI Bebê), em parceria com o município de Campo Grande. A equipe do Criança Feliz, nas demais regiões do Brasil, realiza visitas somente em domicílios.

Conforme o **CNJ**, o evento reúne magistrados, procuradores, promotores, defensores públicos, advogados, equipes psicossociais-jurídicas e demais profissionais do sistema de garantia de direitos da região Centro-Oeste e do estado de Tocantins - Conselhos Tutelares, Conselhos de Direito da Criança e do Adolescente, servidores das unidades de Direitos Humanos, Desenvolvimento Social, Saúde, Educação e Segurança Pública.

Leomar Alves Rosa - Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho (Sedhast)

Fotos: divulgação

Site:

<http://www.acritica.net/editorias/geral/representantes-de->

ms-participam-de-seminario-do-p-3002/386960/

Representantes de MS participam de seminário do pacto nacional pela primeira infância

Por: Leomar Alves Rosa

Em evento nacional, etapa regional do Centro-Oeste, a Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho (Sedhast), participou nesta terça-feira (25.6) das discussões em torno da primeira infância em evento realizado pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** em Brasília (DF), contribuindo com a construção de ideias e o fortalecimento de políticas públicas.

"Em um tema tão sensível para nossa sociedade a participação de todos os segmentos do setor público é de fundamental importância. Não podemos deixar escapar nenhuma chance de debater a primeira infância. O que é discutido contribuirá com nossas ações e no fortalecimento de ideias", pontuou a titular da Sedhast, Elisa Cleia Nobre.

A superintendente da Política de Assistência Social, Salette Marinho de Sá, e a coordenadora do Programa Criança Feliz em MS, Edna Bordon, representam o Governo do Estado na Capital federal.

No Criança Feliz, por exemplo, MS é destaque com a implementação do atendimento direto com crianças nas unidades de acolhimento, e que leva o nome de Intervenção na Unidade de Acolhimento - (UAI Bebê), em parceria com o município de Campo Grande. A equipe do Criança Feliz, nas demais regiões do Brasil, realiza visitas somente em domicílios.

Conforme o **CNJ**, o evento reúne magistrados, procuradores, promotores, defensores públicos, advogados, equipes psicossociais-jurídicas e demais profissionais do sistema de garantia de direitos da região Centro-Oeste e do estado do Tocantins - Conselhos Tutelares, Conselhos de Direito da Criança e do Adolescente, servidores das unidades de Direitos Humanos, Desenvolvimento Social, Saúde, Educação e Segurança Pública.

Site: <http://www.msnoticias.com.br/editorias/geral-ms-noticias/representantes-de-ms-participam-de-seminario-do-pacto-nacional-pela/89625/>

Osmar Terra: afeto na primeira infância marca comportamento das pessoas

A relação afetiva que mãe e bebê estabelecem entre o oitavo e o décimo oitavo mês de vida da criança a influenciará para o resto da vida. Segundo o médico e ministro da Cidadania, Osmar Terra, é nessa fase da vida que se dá o desenvolvimento emocional dos seres humanos. Os sentimentos que o bebê desenvolver nessa época afetarão a forma como ele vai se comportar em relação às demais pessoas que encontrar na juventude, vida adulta e velhice. Mestre em neurociência pela Universidade de Brasília (UnB), Terra foi o convidado do painel que abriu o Seminário sobre o Pacto Nacional pela Primeira Infância - Região Centro-Oeste, organizado pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, em Brasília, nesta terça-feira (25/6).

Leia mais: Estado e sociedade civil se unem para reduzir vulnerabilidade das crianças

O objetivo do evento é discutir com especialistas, agentes públicos e representantes da sociedade civil formas de garantir os direitos das crianças com até 6 anos de idade, faixa etária da chamada primeira infância. Embora o tema seja objeto do artigo 227 da Constituição Federal, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e do Marco Legal da Primeira Infância (Lei 13.257/2016), cerca de 6 milhões de brasileiros nessa faixa etária ainda vivem em condição de vulnerabilidade social, conforme alertou o presidente do **CNJ** e do **Supremo Tribunal Federal (STF)**, ministro **Dias Toffoli**, na abertura do seminário.

"É na primeira infância, período que vai do nascimento até os primeiros 6 anos, que se formam as raízes da personalidade, as bases e experiências que irão sustentar toda a estrutura emocional e psíquica do ser humano", afirmou **Dias Toffoli**. Em vulnerabilidade social, faltam à infância direitos, como à segurança e a proteção do abandono.

Segundo o ministro da Cidadania, Osmar Terra, ao tomar como referência o adulto com quem mais se relaciona - a mãe ou a cuidadora, em alguns casos -, ela passa a considerá-lo uma base segura, com que contará em caso de socorro. A experiência sensorial com essa pessoa vai moldar a maneira de se relacionar com os demais ao longo da vida. "Ele organiza, em torno dessa experiência, suas redes emocionais, a partir da voz, da expressão do rosto da mãe. A criança duplica a frequência cardíaca quando a mãe faz cara de zangada. Se o rosto dela está alegre,

não. É assim que ele vai entender o lugar do outro, o sentir do outro. A partir do décimo oitavo mês, esse potencial interpretativo diminui", afirmou.

Osmar Terra advoga a teoria do apego, do psiquiatra e psicanalista britânico, John Bowlby, que constatou em seus estudos com indivíduos de várias espécies que os jovens acompanham os adultos, como estratégia de sobrevivência - e a correspondência no comportamento humano. "Até oitavo mês, o bebê vai no colo de qualquer um. Depois, começa a estranhar o colo de quem não conhece".

Uma primeira infância com estímulos agressivos para a criança - com negligência, abandono ou abuso - pode aumentar os níveis do hormônio cortisol, causar o chamado "estresse tóxico", destruir neurônios e causar lesões cerebrais, segundo Osmar Terra. O pesquisador canadense Richard Tremblay investiga as repetições dos padrões agressivos do comportamento na vida adulta. "Ele encontrou níveis altos na frequência de agressões físicas em crianças entre 1 e 3 anos e aos 15 anos. Quanto mais altos os eventos de agressividade na primeira infância, mais intensos eles se repetiam na adolescência e início da vida adulta", afirmou.

Segundo o conselheiro do **CNJ** que presidente do Fórum Nacional de Fórum Nacional da Infância e da Juventude (Foninj), Luciano Frota, cabe ao Estado interferir nesse padrão de abandono e interromper a repetição do ciclo da pobreza com políticas públicas para esse segmento populacional. "Se o Estado não comparece com políticas públicas, não é com bala ou com prisão que vamos resolver. Precisamos é de acolhimento. É isso que precisa ser feito para se construir uma sociedade mais justa e mais fraterna. Não tem outro caminho a não ser investir na primeira infância e na juventude", disse Frota.

Site: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/89151-osmar-terra-afeto-na-primeira-infancia-marca-comportamento-das-pessoas>

Executivo, Legislativo e Judiciário assinam pacto pela infância

Agência Brasil

/ Notícias

Comunicar erro

Com a missão de reduzir a vulnerabilidade social e garantir direitos das crianças, foi firmado nesta terça-feira (25), em Brasília, pelos Três Poderes, o Pacto Nacional pela Primeira Infância. A intenção é unir esforços para dar efetividade a direitos que, embora previstos em lei, não são assegurados aos brasileiros com menos de 6 anos de idade, faixa etária considerada fundamental para o desenvolvimento de uma criança. A iniciativa é organizada pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**.

O ministro do **Supremo Tribunal Federal (STF)** e do **CNJ, Dias Toffoli**, ressaltou que ainda há milhões de crianças em condições de vulnerabilidade socioeconômica e institucional, o que compromete a garantia dos direitos à vida, à saúde, à alimentação, à cultura, ao lazer, ao respeito, à liberdade e proteção contra formas de negligência. Segundo ele, investir na infância é fundamental para evitar impactos negativos no futuro de jovens e adultos.

Em abril deste ano, o ministro **Dias Toffoli** deu início aos trabalhos do pacto ao realizar uma reunião com representantes de 40 instituições que atuam na área dos direitos da primeira infância. O pacto prevê ações até 2020. Serão cursos à distância para pessoas com atuação ligada à área da infância como psicólogos, assistentes sociais e servidores públicos, além de atividade presencial de capacitação para formar operadores do direito.

Serão ainda realizados cinco seminários nas cinco regiões do país. O pacto foi firmado no primeiro deles, o seminário da Região Centro-Oeste.

Para divulgar as ações previstas no pacto, será lançada uma campanha com peças publicitárias, material jornalístico e conteúdo para redes sociais.

Leia tudo sobre: menores

x

Site:

https://gazetaweb.globo.com/portal/noticia/2019/06/executivo-legislativo-e-judiciario-assinam-pacto-pela-infancia_79694.php

Santa Cruz assina Pacto Nacional pela Primeira Infância

O presidente nacional da **OAB**, Felipe Santa Cruz, é um dos signatários do Pacto Nacional pela Primeira Infância. A assinatura aconteceu durante o seminário sobre o tema para a Região Centro-Oeste, na manhã desta terça-feira (25), no Instituto Serzedello Corrêa do Tribunal de Contas da União (**TCU**). A solenidade reuniu autoridades dos três poderes.

O pacto é uma iniciativa do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** que pretende unir esforços do sistema de Justiça, do poder Executivo e de entidades do terceiro setor para efetivar direitos previstos na legislação para crianças brasileiras com menos de 6 anos de idade.

"Nelson Mandela dizia que 'não há retrato melhor da alma de uma sociedade do que o tratamento que ela dá às suas crianças'. Hoje, no Brasil, são 5 milhões de crianças mergulhadas na completa miséria por conta da grande estagnação e da recessão econômica. Mais de 2 milhões de crianças brasileiras, a partir dos 5 anos de idade, trabalham muitas vezes em situação de insalubridade ajudando na subsistência de suas famílias. Todos os dias, 396 crianças sofrem maus tratos relatados às autoridades em nosso país. Logo, esse não é um belo retrato da alma do povo brasileiro", disse Santa Cruz.

Sobre o pacto, o presidente da Ordem disse ser salutar a atenção especial às crianças. "O Brasil precisa delas [crianças]. Precisa da sua qualificação, da sua força, porque é somente através delas que contornaremos esse quadro preocupante que atravessamos. A **OAB** cumprimenta os idealizadores e reforça seu apoio à iniciativa", completou.

O presidente do **CNJ**, ministro **Dias Toffoli**, destacou o trabalho pela implementação do Marco Legal da Primeira Infância (Lei 13.257/2016). "A efetivação legal segue no melhor sentido de precaução e cuidado, como política pública, de Estado e de sociedade. Aqui firmamos um importante instrumento pela proteção da criança na fase em que se formam as raízes da personalidade, etapa em que se estabelecem as bases psíquicas do ser humano", afirmou.

Signatários

Além de Felipe Santa Cruz e **Dias Toffoli**, assinaram o Pacto na solenidade o corregedor-geral de Justiça,

Humberto Martins; o presidente do **TCU**, José Múcio Monteiro; o ministro da Justiça e Segurança Pública em exercício, Luiz Pontel de Souza; o ministro da Educação, Abraham Weintraub; o ministro da Cidadania, Osmar Terra; o ministro da Saúde em exercício, João Gabbardo; o ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Wagner Rosário; a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damara Alves; a deputada federal e presidente da Frente Parlamentar da Cidadania e Primeira Infância, Leandre Dal Ponte; a procuradora-geral da República, Raquel Dodge e o presidente do Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais, José Fabrício Silva de Lima.

Site: <https://centraldapauta.com.br/2019/06/26/santa-cruz-assina-pacto-nacional-pela-primeira-infancia/>

Promotor de Justiça participa de seminário sobre Pacto Nacional pela Primeira Infância

Especialistas em direito da infância e do adolescente estiveram reunidos em Brasília nesta terça-feira, 25, para o Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância - Região Centro-Oeste. O Promotor de Justiça e coordenador do Caop da Infância, Juventude e Educação do Ministério Público do Tocantins, Sidney Fiori Júnior, foi um dos palestrantes do evento e falou sobre o fluxo da escuta protetiva.

O seminário é uma realização do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** e é uma ação do projeto "Justiça Começa na Infância: fortalecendo a atuação do sistema de justiça na promoção de direitos para o desenvolvimento humano integral". O objetivo foi propiciar o diálogo entre os diversos atores responsáveis pela atenção à primeira infância da região centro-oeste, visando conhecer a realidade local e sensibilizar os operadores do direito e as equipes técnicas em relação aos princípios e às diretrizes da legislação brasileira que trata dessa temática. Na oportunidade, será celebrada a solenidade de assinatura do documento que constituirá um marco histórico para as políticas públicas nacionais.

Em sua fala, Sidney Fiori Júnior abordou a lei da Escuta Protegida (Lei Federal nº 13.431), que foi sancionada em 2017 e estabeleceu mecanismos de proteção às crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sexual. A lei dispõe que os serviços públicos se organizem para que as crianças não precisem repetir seus depoimentos em situações diferentes nem tenham que se submeter ao contato com o agressor.

"A lei veio para consolidar um entendimento internacional de que a vítima e a testemunha de violência devem ser ouvidas o menor número possível de vezes, para evitar que elas revivam o episódio traumático. Daí a importância de toda a rede estar presente nesse processo", frisou o promotor de Justiça.

O Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância - Região Centro-Oeste reuniu magistrados, procuradores, promotores, defensores públicos, advogados, equipes psicossociais e jurídicas e demais profissionais do sistema de garantia de direitos da região Centro-Oeste e do estado do Tocantins - Conselhos Tutelares, Conselhos de Direito da Criança

e do Adolescente, servidores das unidades de Direitos Humanos, Desenvolvimento Social, Saúde, Educação e Segurança Pública, além de estudantes dessas áreas do conhecimento.

Curtir Carregando...

Site: <http://surgiu.com.br/2019/06/26/promotor-de-justica-participa-de-seminario-sobre-pacto-nacional-pela-primeira-infancia/>

Promotor de Justiça participa de seminário sobre Pacto Nacional pela Primeira Infância

PalmasAqui - Jornalismo com personalidade e credibilidade

Mais uma vez, Ciro Gomes ataca Fernando Holiday e vereador diz que o processará

SENADORES SÃO AMEAÇADOS DE PERDER O MANDATO TEMPORARIAMENTE ISTO É **STF!**

VEREADOR DO RIO DEVE ASSUMIR VAGA NA CÂMARA NO LUGAR DE JEAN WYLLYS

APARELHAMENTO - Governador Carlesse e vereadores da Capital debatem.

Especialistas em direito da infância e do adolescente estiveram reunidos em Brasília nesta terça-feira, 25, para o Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância - Região Centro-Oeste. O Promotor de Justiça e coordenador do Caop da Infância, Juventude e Educação do Ministério Público do Tocantins, Sidney Fiori Júnior, foi um dos palestrantes do evento e falou sobre o fluxo da escuta protetiva.

O seminário é uma realização do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** e é uma ação do projeto "Justiça Começa na Infância: fortalecendo a atuação do sistema de justiça na promoção de direitos para o desenvolvimento humano integral". O objetivo foi propiciar o diálogo entre os diversos atores responsáveis pela atenção à primeira infância da região centro-oeste, visando conhecer a realidade local e sensibilizar os operadores do direito e as equipes técnicas em relação aos princípios e às diretrizes da legislação brasileira que trata dessa temática. Na oportunidade, será celebrada a solenidade de assinatura do documento que constituirá um marco histórico para as políticas públicas nacionais.

Em sua fala, Sidney Fiori Júnior abordou a lei da Escuta Protegida (Lei Federal nº 13.431), que foi sancionada em 2017 e estabeleceu mecanismos de proteção às crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sexual. A lei dispõe que os serviços públicos se organizem para que as crianças não precisem repetir seus depoimentos em situações diferentes nem tenham que se submeter ao contato com o agressor.

"A lei veio para consolidar um entendimento internacional de que a vítima e a testemunha de violência devem ser ouvidas o menor número possível de vezes, para evitar que elas revivam o episódio traumático. Daí a importância de toda a rede estar presente nesse processo", frisou o promotor de Justiça.

O Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância - Região Centro-Oeste reuniu magistrados, procuradores, promotores, defensores públicos, advogados, equipes psicossociais e jurídicas e demais profissionais do sistema de garantia de direitos da região Centro-Oeste e do estado do Tocantins - Conselhos Tutelares, Conselhos de Direito da Criança e do Adolescente, servidores das unidades de Direitos Humanos, Desenvolvimento Social, Saúde, Educação e Segurança Pública, além de estudantes dessas áreas do conhecimento.

4ª Corrida da Justiça é lançada; inscrições já estão abertas

Início das operações da Ferrovia Norte-Sul, entre Anápolis e Porto Nacional é.

DETRAN TOCANTINS UM PÉSSIMO EXEMPLO: Contrato com empresa vence, Detran fica sem.

Ex-prefeito é condenado por gastar R\$ 280 mil com combustível em cidade que não tinha.

Destaque

4ª Corrida da Justiça é lançada; inscrições já estão abertas

Promotor de Justiça participa de seminário sobre Pacto Nacional pela.

Início das operações da Ferrovia Norte-Sul, entre Anápolis e Porto.

DETRAN TOCANTINS UM PÉSSIMO EXEMPLO: Contrato com empresa vence, Detran.

Site:

<https://www.palmasaqui.com.br/destaque/promotor-de-justica-participa-de-seminario-sobre-pacto-nacional->

pela-primeira-infancia/

Magistrados e técnicos do Judiciário goiano participam de seminário em Brasília

O juiz do Juizado da Infância e da Juventude de Anápolis, e presidente do Fórum Nacional da Justiça Juvenil (Fonajuv), Carlos Limongi Sterse, as juízas goianas Maria Socorro de Sousa Afonso Silva (Goiânia), Célia Regina Lara (Luziânia) e Ítala Colnaghi Bonassini da Silva (Cocalzinho de Goiás), além de técnicos do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) participaram, nesta terça-feira (25), em Brasília, do Seminário Pacto Nacional pela primeira Infância - Região Centro Oeste.

Na oportunidade, a juíza Maria Socorro apresentou o programa do TJGO Amparando Filho, que objetiva evitar situações de vulnerabilidade a crianças e adolescentes.

A iniciativa, que é coordenada pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** e financiada com recursos do Fundo dos Direitos Difusos do **Ministério da Justiça** e Segurança Pública (CFDD), propicia o diálogo entre os diversos atores responsáveis pela atenção à primeira infância da região Centro-Oeste, visando conhecer a realidade local e sensibilizar os operadores do direito e as equipes técnicas em relação aos princípios e às diretrizes da legislação brasileira que trata dessa temática.

O evento destina-se a magistrados, procuradores, promotores, defensores públicos, advogados, equipes psicossociais-jurídicas e demais profissionais do sistema de garantia de direitos da região Centro-Oeste e do estado do Tocantins - Conselhos Tutelares, Conselhos de Direito da Criança e do Adolescente, servidores das unidades de Direitos Humanos, Desenvolvimento Social, Saúde, Educação e Segurança Pública, além de estudantes dessas áreas do conhecimento. (Texto: Arianne Lopes / Foto: arquivo pessoal - Centro de Comunicação Social do TJGO)

Site:

<https://www.tjgo.jus.br/index.php/institucional/centro-de-comunicacao-social/17-tribunal/9357-magistrados-e-tecnicos-do-tjgo-participam-de-seminario-em-brasilia-2>

Zacharias Calil participa de seminário nacional em prol da Primeira Infância

"A justiça social começa na Primeira Infância." Foi com essa frase que o deputado federal Dr. Zacharias Calil (DEM) avaliou a importância do Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância - Região Centro-Oeste, realizado na terça-feira (25) em Brasília. O deputado participou do evento, que foi realizado pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** e contou com importantes debates entre autoridades e especialistas.

"Este foi um marco histórico para a proteção da Primeira Infância no Brasil, com a assinatura de um compromisso pelas políticas públicas focadas nessa fase da vida. Minha trajetória como médico e político passa pela luta por melhores condições para a Primeira Infância." afirmou Zacharias.

Em Brasília, Zacharias faz parte da Frente Parlamentar em Defesa da Primeira Infância e é o coordenador e representante do Centro-Oeste dentro da Câmara Federal. Participaram do evento também os ministros da Cidadania, Osmar Terra; da Educação, Abraham Weintraub, e do **Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli**.

O Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância - Região Centro-Oeste teve como objetivo promover o diálogo entre os diversos atores responsáveis pela atenção à primeira infância da região Centro-Oeste. Conhecer a realidade local e sensibilizar os operadores do direito e as equipes técnicas em relação aos princípios e às diretrizes da legislação brasileira que tratam dessa temática, estão na pauta do Seminário.

Primeira Infância

É no período desde a gestação até os primeiros seis anos de vida - conhecido como Primeira Infância - que se forma a estrutura da arquitetura cerebral que corresponde ao desempenho das competências humanas. Elas vão se relacionar ao exercício da cidadania, dos comportamentos de usufruto dos bens culturais, identidade cultural, educação ao consumo saudável, relação sustentável com o meio ambiente e prevenção da violência.

Estudiosos afirmam que a promoção do desenvolvimento integral na primeira infância seja a melhor estratégia para alcance de todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). No entanto,

as condições socioeconômicas e institucionais desfavoráveis a que se encontram submetidas milhares de crianças de até seis anos de idade no Brasil, constituem fatores de vulnerabilidade e risco ao usufruto dos direitos previstos na Constituição Federal.

Site: <https://jornalgoias.com.br/zacharias-calil-participa-de-seminario-nacional-em-prol-da-primeira-infancia/>

MEC e outros 11 órgãos assinam Pacto Nacional pela Primeira Infância

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, assinou junto a outros representantes de órgãos e entidades o Pacto Nacional pela Primeira Infância. O objetivo é traçar um diagnóstico da situação da atenção às crianças de 0 a 6 anos no país, bem como capacitar profissionais envolvidos no Marco Legal da Primeira Infância e implementar as boas práticas da legislação sancionada em 2016. A cerimônia ocorreu na Escola Superior do Tribunal de Contas da União (TCU), na manhã desta terça-feira, 25 de junho. As atividades seguem ao longo do dia, no Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância.

Representantes dos Três Poderes e da sociedade civil somarão esforços, coordenados pelo Conselho de Justiça (CNJ), para assegurar os direitos das crianças previstos no marco legal. A proposta vai ao encontro de uma das principais diretrizes do MEC: o foco na educação básica.

"Como nação, a gente vive um momento muito difícil fiscal. Onde vamos colocar nossos recursos escassos? E eu acho que a sinalização desse pacto está muito clara: a prioridade, neste momento, para esta nação, é a primeira infância", disse Abraham Weintraub.

Ao MEC, assim como a outros órgãos participantes, caberá fomentar e divulgar as ações a serem realizadas pelo pacto. Assim como assegurar apoio logístico ao CNJ e presença de profissionais dos quadros do ministério em seminários e cursos de capacitação presencial.

Além do MEC, assinaram o pacto:

Conselho Nacional de Justiça (CNJ), coordenador do pacto;

Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP);

Câmara dos Deputados;

Controladoria Geral da União;

Ministério da Cidadania;

Ministério da Justiça e Segurança Pública;

Ministério da Saúde;

Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos;

Tribunal de Contas da União (TCU), anfitrião do evento;

Ordem dos Advogados do Brasil (OAB);

Colégio dos Defensores Públicos Gerais.

Marco Legal da Primeira Infância - Sancionado em 2016, o Marco Legal da Primeira Infância deixou expressas ações voltadas para melhorar a vida de crianças de 0 a 6 anos. Entre elas estão:

garantir o direito de brincar;

priorizar qualificação de profissionais para cuidar das especificidades da primeira infância;

reforçar a importância do atendimento domiciliar, especialmente em condições de vulnerabilidade;

envolver as crianças de até 6 anos na formulação de políticas públicas.

O pacto assinado nesta terça serve para reforçar a legislação vigente desde 2016.

Guilherme Pera, do Portal MEC

Site:

<https://www.ariquemesonline.com.br/noticia.asp?cod=363331&codDep=59>

MEC e outros 11 órgãos assinam Pacto Nacional pela Primeira Infância

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, assinou junto a outros representantes de órgãos e entidades o Pacto Nacional pela Primeira Infância. O objetivo é traçar um diagnóstico da situação da atenção às crianças de 0 a 6 anos no país, bem como capacitar profissionais envolvidos no Marco Legal da Primeira Infância e implementar as boas práticas da legislação sancionada em 2016. A cerimônia ocorreu na Escola Superior do Tribunal de Contas da União (TCU), na manhã desta terça-feira, 25 de junho. As atividades seguem ao longo do dia, no Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância.

Representantes dos Três Poderes e da sociedade civil somarão esforços, coordenados pelo Conselho de Justiça (CNJ), para assegurar os direitos das crianças previstos no marco legal. A proposta vai ao encontro de uma das principais diretrizes do MEC: o foco na educação básica.

"Como nação, a gente vive um momento muito difícil fiscal. Onde vamos colocar nossos recursos escassos? E eu acho que a sinalização desse pacto está muito clara: a prioridade, neste momento, para esta nação, é a primeira infância", disse Abraham Weintraub.

Ao MEC, assim como a outros órgãos participantes, caberá fomentar e divulgar as ações a serem realizadas pelo pacto. Assim como assegurar apoio logístico ao CNJ e presença de profissionais dos quadros do ministério em seminários e cursos de capacitação presencial.

Além do MEC, assinaram o pacto:

Conselho Nacional de Justiça (CNJ), coordenador do pacto;

Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP);

Câmara dos Deputados;

Controladoria Geral da União;

Ministério da Cidadania;

Ministério da Justiça e Segurança Pública;

Ministério da Saúde;

Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos;

Tribunal de Contas da União (TCU), anfitrião do evento;

Ordem dos Advogados do Brasil (OAB);

Colégio dos Defensores Públicos Gerais.

Marco Legal da Primeira Infância - Sancionado em 2016, o Marco Legal da Primeira Infância deixou expressas ações voltadas para melhorar a vida de crianças de 0 a 6 anos. Entre elas estão:

garantir o direito de brincar;

priorizar qualificação de profissionais para cuidar das especificidades da primeira infância;

reforçar a importância do atendimento domiciliar, especialmente em condições de vulnerabilidade;

envolver as crianças de até 6 anos na formulação de políticas públicas.

O pacto assinado nesta terça serve para reforçar a legislação vigente desde 2016.

Guilherme Pera, do Portal MEC

Site:

<https://www.ariquemesonline.com.br/noticia.asp?cod=363331&codDep=59>

Pacto Nacional pretende dar efetividade a direitos na Primeira Infância

Durante toda a terça-feira (25), a Coordenadora da Infância e Juventude de MS, Desa. Elizabete Anache, e a juíza Katy Braun do Prado, titular da Vara da Infância, da Adolescência e do Idoso da Capital, estiveram em Brasília representando a magistratura sul-mato-grossense no Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância.

O Pacto Nacional pela Primeira Infância reuniu de forma inédita as principais instituições da República, além de diversas entidades da sociedade civil ligadas à infância, em torno da missão de reduzir a vulnerabilidade social das crianças brasileiras para lhes garantir seus direitos. O objetivo do pacto firmado entre autoridades dos três poderes é dar efetividade a direitos que, embora previstos em lei, não são assegurados aos brasileiros com menos de seis anos.

Para a desembargadora Elizabete Anache, a importância da assinatura do pacto decorre da participação das principais instituições da República e de cerca de 40 entidades da sociedade civil ligadas à infância, todas imbuídas do mesmo propósito: reduzir a vulnerabilidade social das crianças brasileiras para lhes garantir seus direitos.

De acordo com a magistrada, o Brasil possui uma das legislações mais avançadas no mundo em matéria de direitos da infância, mas é preciso que as políticas públicas sejam voltadas para dar prioridade para a infância. Ela lembra também que a comunidade científica internacional recomenda que os governos invistam em políticas públicas, serviços e programas que promovam os cuidados necessários para o desenvolvimento integral da criança de zero a seis anos.

"Um dos aspectos mais importantes é que nessa fase da vida se tem uma janela de oportunidades, pois é de zero a seis anos que se organizam as competências emocionais cognitivas, sociais e motoras, a partir das quais o desenvolvimento adulto acontecerá", explicou a Desa. Elizabete Anache.

Em um dos workshops, a juíza Katy Braun apresentou o Projeto Dar à Luz, executado em Mato Grosso do Sul desde 2011, como uma oportunidade de prestar apoio à gestante que tenciona colocar seu filho para adoção. A gestante é ouvida por uma psicóloga e uma assistente social, recebe orientação sobre como

conduzir com responsabilidade a gestação, as implicações de sua decisão, além de orientações sobre como agir diante de eventuais assédios para entregar de forma ilegal a criança.

Idealizado pela própria juíza, o projeto objetiva oferecer um serviço de acolhimento, apoio e orientação às mulheres/mães que desejam entregar seus filhos em adoção, favorecendo a reflexão sobre o processo de decisão e sobre a importância da entrega responsável.

"Nós já acompanhamos muitas gestantes que, ao obterem alta hospitalar, entregam seus bebês no Fórum, de forma legal. É importante que todos saibam que não é crime dar o filho para adoção. Crime de abandono de incapaz é deixá-los na rodoviária, em portas de residências alheias, em terrenos baldios e abortar", explica Katy.

Programação - Durante a manhã, duas palestras prenderam a atenção dos participantes. A primeira abordou a importância das políticas públicas para a proteção e promoção do desenvolvimento de crianças na Primeira Infância, e a segunda discutiu Os avanços do Marco Legal da Primeira Infância e a necessidade de regulação.

Houve ainda a apresentação do projeto "Justiça Começa na Infância: fortalecendo a atuação do sistema de justiça na promoção de direitos para o desenvolvimento humano integral", pelo juiz Richard Pae Kim, Secretário Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica do **Conselho Nacional de Justiça**.

No período vespertino foi realizado o painel A interface entre o Sistema de Justiça e as políticas de Assistência Social, Educação, Saúde, Cultura e Direitos Humanos na proteção às crianças na Primeira Infância, seguido de quatro workshops temáticos e apresentação de boas práticas implementadas na Região Centro-Oeste e no Tocantins.

Assinaram o documento pelo Governo Federal o ministro da Educação, Abraham Weintraub, a ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damara Alves, o ministro da Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, Osmar Terra, além dos ministros interinos da Saúde, João Gabbardo, e da

Justiça e Segurança Pública, Luiz Pontel de Souza.

Representaram o Sistema de Justiça a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, o presidente do Colégio Geral dos Defensores Gerais, o defensor José Fabrício Silva de Lima, e o presidente do Conselho Federal da **OAB**, Felipe Santa Cruz, além do presidente do Tribunal de Contas da União (**TCU**), ministro José Múcio Monteiro. A deputada que preside a Frente Parlamentar da Primeira Infância, Leandre Dal Ponte, representou o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia.

Site: [https://tj-
ms.jusbrasil.com.br/noticias/725204121/pacto-nacional-
pretende-dar-efetividade-a-direitos-na-primeira-
infancia?ref=news_feed](https://tj-ms.jusbrasil.com.br/noticias/725204121/pacto-nacional-pretende-dar-efetividade-a-direitos-na-primeira-infancia?ref=news_feed)

Promotor de Justiça participa de seminário sobre Pacto Nacional pela Primeira Infância (EVENTOS)

MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL

Home

Especialistas em direito da infância e do adolescente estiveram reunidos em Brasília nesta terça-feira, 25, para o Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância - Região Centro-Oeste. O Promotor de Justiça e coordenador do Caop da Infância, Juventude e Educação do Ministério Público do Tocantins, Sidney Fiori Júnior, foi um dos palestrantes do evento e falou sobre o fluxo da escuta protetiva.

O seminário é uma realização do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** e é uma ação do projeto "Justiça Começa na Infância: fortalecendo a atuação do sistema de justiça na promoção de direitos para o desenvolvimento humano integral". O objetivo foi propiciar o diálogo entre os diversos atores responsáveis pela atenção à primeira infância da região centro-oeste, visando conhecer a realidade local e sensibilizar os operadores do direito e as equipes técnicas em relação aos princípios e às diretrizes da legislação brasileira que trata dessa temática. Na oportunidade, será celebrada a solenidade de assinatura do documento que constituirá um marco histórico para as políticas públicas nacionais.

Em sua fala, Sidney Fiori Júnior abordou a lei da Escuta Protegida (Lei Federal nº 13.431), que foi sancionada em 2017 e estabeleceu mecanismos de proteção às crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sexual. A lei dispõe que os serviços públicos se organizem para que as crianças não precisem repetir seus depoimentos em situações diferentes nem tenham que se submeter ao contato com o agressor.

"A lei veio para consolidar um entendimento internacional de que a vítima e a testemunha de violência devem ser ouvidas o menor número possível de vezes, para evitar que elas revivam o episódio traumático. Daí a importância de toda a rede estar presente nesse processo", frisou o promotor de Justiça.

O Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância - Região Centro-Oeste reuniu magistrados, procuradores, promotores, defensores públicos, advogados, equipes psicossociais e jurídicas e demais profissionais do sistema de garantia de direitos da região Centro-Oeste e do estado do Tocantins - Conselhos Tutelares, Conselhos de Direito da Criança e do Adolescente, servidores das unidades de Direitos Humanos, Desenvolvimento Social, Saúde, Educação e Segurança Pública, além de estudantes dessas áreas do conhecimento.

ASSECOM

Marcadores: EVENTOS , MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL

Postagem mais antiga

Site: <https://www.tocanews.com.br/2019/06/promotor-de-justica-participa-de.html>

Paula Belmonte assina Pacto Nacional pela Primeira Infância

Ricardo Callado

Foi firmado pelos Três Poderes, em Brasília, o Pacto Nacional pela Primeira Infância, durante seminário promovido pelo **Conselho Nacional de Justiça**. A cooperação, que envolve Executivo, Legislativo e Judiciário, conta com a participação da deputada federal Paula Belmonte (Cidadania-DF), vice-presidente da Frente Parlamentar da Primeira Infância.

O evento que marcou a assinatura do pacto teve, ainda, a participação da ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damare Alves, do ministro da Cidadania, Osmar Terra, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, Presidente do **Supremo Tribunal Federal**, ministro **Dias Toffoli**, e a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, além de 40 instituições e a sociedade civil.

O Pacto Nacional pela Primeira Infância propõe o aprimoramento das ações em prol da primeira infância, por meio de cooperações técnicas, projetos, políticas públicas, estratégias, investimentos e a capacitação de profissionais. "O reconhecimento da importância do investimento na primeira infância tem se tornado unanimidade entre representantes dos três poderes, de instituições e da população", observa a deputada federal, Paula Belmonte.

O compromisso com o investimento em ações que garantam uma primeira infância digna começa desde a gestação, prevê o Marco legal da Primeira Infância, sancionado em março de 2016. "O vínculo entre a mãe e o bebê precisa ser fortalecido desde o parto", afirma Paula Belmonte, autora do projeto de Lei que garante a extensão do início da contagem da licença-maternidade às mães de prematuros e de bebês que permanecem internados após o nascimento.

Segundo o ministro **Dias Toffoli**, a justiça começa na infância, garantindo e fortalecendo da defesa da vida, restabelecendo a cidadania de crianças em condições vulneráveis. "O grande desafio é investir hoje para poupar no futuro, garantindo um mais justo e próspero como os cidadãos esperam", ressalta.

Para o ministro da Cidadania, Osmar Terra, a mudança começa no começo. A afirmação que soa redundante, reitera que, agir no começo da vida é o primeiro passo para o desenvolvimento econômico e

para diminuir as desigualdades, porque trará retorno para essa nova geração de cidadãos, no comportamento, no desempenho escolar, na sociedade e no mercado de trabalho.

"Precisamos, com urgência, no que compete a cada um, garantir o direito da criança, que é prioridade na Constituição Federal e reafirmado pelo Estatuto da Criança e do adolescente e pelo Marco Legal da Primeira Infância. O tempo da criança é agora e suas necessidades não podem ser adiadas", observa a vice-presidente da Frente Parlamentar da Primeira Infância, deputada Paula Belmonte.

"Nossas crianças precisam de investimento na base, no que se refere à educação, segurança, qualidade de vida, alimentação e saúde. "Atualmente, vimos, aqui no Distrito Federal, casos bárbaros de mutilação, maus tratos e assassinato de crianças cometidos pela própria família. Mais de 50% de estupros no Brasil envolvem crianças, isso é um absurdo. Vamos nos unir para proteger nossos pequenos, com ações eficazes para que isso não aconteça mais, declara Paula Belmonte.

Site: <https://blogdocallado.com/paula-belmonte-assina-pacto-nacional-pela-primeira-infancia/>

Proposta de Zacharias para 1ª Infância ganha apoio do Judiciário e Executivo

A Redação

Goiânia - O deputado federal Dr. Zacharias Calil (DEM) se reuniu na terça-feira (25/6) com o Ministro da Educação, Abraham Weintraub, ocasião em que apresentou a indicação nº 851/2019 de sua autoria, para que o desenvolvimento integral da primeira infância seja incluído nas Diretrizes Nacionais Curriculares de todos os cursos de graduação da área de saúde.

"O período que abrange os primeiros seis anos de vida da criança vem sendo designado como a primeira infância. Descobertas científicas nas últimas décadas têm apontado essa etapa inicial da vida como um período crucial para o desenvolvimento humano", justifica o texto do requerimento.

Em Brasília, Zacharias faz parte da Frente Parlamentar em Defesa da Primeira Infância e é o coordenador e representante do Centro-Oeste dentro da Câmara Federal. Ele considera de grande importância essa inclusão, uma vez que, segundo sua observação, a consulta médica da criança é uma janela única e pequena para mapear seu desenvolvimento.

"Precisamos não apenas tratar doenças, mas também trabalhar o desenvolvimento integral das crianças em seus primeiros anos de vida. Estudos nacionais e internacionais demonstram que a evolução e o contexto interativo em que estão inseridas as crianças têm grande impacto sobre seu desenvolvimento integral e sobre as capacidades futuras, com consequências que se desdobram não somente no campo individual, como também para o restante da sociedade." salientou Zacharias na ocasião.

Apoio

O requerimento, que foi encampado pela Frente Parlamentar Mista em Defesa da Primeira Infância, obteve a aprovação imediata do ministro Weintraub. Ele afirmou que a indicação será aceita e que de imediato já será lançada em cinco cidades brasileiras, incluindo Goiânia.

"As mudanças (para uma melhor qualidade de vida) devem começar desde a gestação. Esse período (da primeira infância) é muito importante para a formação

do cidadão. Vou conversar com Conselho Nacional de Educação, que são os responsáveis pela educação superior, para ver como vamos fazer para implantar essa indicação. A prioridade neste momento para esta nação está na primeira infância" afirmou o ministro.

O pedido de inclusão feito por Zacharias obteve o apoio maciço do Poder Judiciário. Durante o encontro, vários promotores e juízes participaram do evento, dentre eles o ministro do **Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli**, a Procuradora Geral da República, Raquel Dodge e a juíza Maria Socorro de Sousa Afonso da Silva, do Juizado da Infância e da Juventude de Goiânia. Na ocasião, Maria Socorro apresentou o programa do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás Amparando Filhos, que objetiva evitar situações de vulnerabilidade a crianças e adolescentes filhos de mães reeducandas.

Para a presidente da Sociedade Goiana de Pediatria, Marise Helena Cardoso Tofoli, que também esteve com o ministro Abraham, o pedido de inclusão é uma grande conquista não só para a qualidade de vida das crianças, mas também para os estudantes que serão novos profissionais mais completos e aptos para atenderem com mais eficiência as necessidades das crianças tendidas por eles.

O Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância - Região Centro-Oeste teve como objetivo promover o diálogo entre os diversos atores responsáveis pela atenção à primeira infância da região Centro-Oeste. O objetivo é conhecer a realidade local e sensibilizar os operadores do direito e as equipes técnicas em relação aos princípios e às diretrizes da legislação brasileira que tratam dessa temática.

Site:

<http://www.aredacao.com.br/noticias/120934/proposta-de-zacharias-para-1-infancia-ganha-apoio-do-judiciario-e-executivo>

Defensoria Pública do Tocantins participa de reunião no Conselho Nacional de Justiça em Brasília

Divulgação

Membros do Colégio Nacional dos Defensores Públicos-Gerais (Condege), entre eles representantes da Defensoria Pública do Estado do Tocantins (DPE-TO), estiveram no **Conselho Nacional de Justiça**, em Brasília, nesta terça-feira, 25. Na pauta, pontos como o Projeto Defensoria Sem Fronteira e o Sistema Único de **Execução Penal** (SEEU).

Na ocasião, estavam presentes o defensor público-geral do Tocantins, Fábio Monteiro dos Santos, e o superintendente de Defensores Públicos, o defensor público Murilo Machado. Para Fábio Monteiro, a reunião foi muito proveitosa. "A gente conseguiu uma abertura do **Conselho Nacional de Justiça** para contribuímos com o desenvolvimento do Projeto", comentou se referindo ao SEEU.

Segundo o defensor público Murilo Machado, durante a reunião a Defensoria do Tocantins mesmo tendo algumas dificuldades que estão tendo no manuseio do SEEU, se colocou à disposição para melhoria do sistema. "Para apoiar no desenvolvimento de ferramentas que possam de alguma maneira tornar a execução penal mais confiável, mais eficiente para a comunidade", destacou.

SEEU

O SEEU é o novo sistema do **Conselho Nacional de Justiça**, desenvolvido em parceria com o Tribunal de Justiça do Paraná, que permite o controle informatizado da execução penal e das informações relacionadas ao sistema carcerário brasileiro em todo território nacional. O sistema permite um trâmite processual mais eficiente e proporciona a gestão confiável dos dados da população carcerária do Brasil.

Agenda Brasília

Ainda na capital federal, na programação do Condege, o defensor público-geral do Tocantins e a defensora pública Fabiana Razera Gonçalves, coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Nudeca), participaram da assinatura do Pacto Nacional pela

Primeira Infância, que se constituirá um marco histórico para as políticas públicas nacionais. A solenidade ocorreu na Escola Superior do Tribunal de Contas da União, durante o Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância - Região Centro-Oeste.

Site: <http://www.defensoria.to.def.br/noticia/35332>